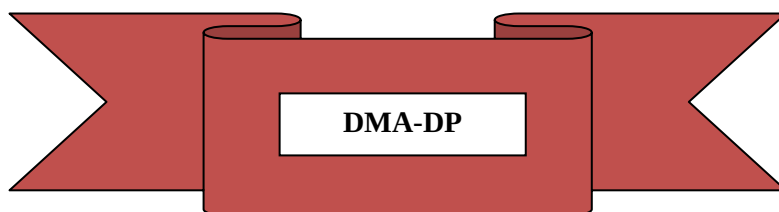


2019

MINISTÉRIO DO PLANEAMENTO, FINANÇAS E ECONOMIA AZUL

DIRECÇÃO DO PLANEAMENTO

[RELATÓRIO DE MONITORIA DA IMPLEMENTAÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO]



São Tomé, 2021

Relatório de Implementação das Grandes Opções do Plano 2019

Relatório Anual

Elaborado com informações de Execução Orçamental Financeira e Física da Direção de Contabilidade Pública, Gabinetes de Estudos e Planeamento (GEP) e das Direções Administrativas e Financeiras do Estado (DAFs) até 31 de Dezembro de 2019.

MINISTRO DE PLANEAMENTO, FINANÇAS E ECONOMIA AZUL

Osvaldo Tavares dos Santos Vaz

DIRETORA DE PLANEAMENTO

Joana Damiana da Graça Varela

EDIÇÃO E REVISÃO

Direção do Planeamento

EQUIPA TÉCNICA:

Departamento de Monitoria e Avaliação de Políticas Públicas

Coordenador: Fausto Neves

Técnicos:

Celly Mendes

Ezzizis Carvalho

Sandra Trovoadá

Wander Ramos

DEPARTAMENTOS ENVOLVIDOS

Departamento de Planeamento e Prospetiva e o Departamento de Políticas Macroeconómicas

Direção de Planeamento

Largos das Alfandegas, CP. 374, Telefone nº 2221014 / 2222121

Sumário

Lista de abreviaturas e acrónimos	4
Índice tabelas e gráficos	6
Introdução.....	7
Contexto Nacional.....	11
Análise de desempenho por eixos	16
Eixo I - Aprofundamento do Estado de Direito Democrático	18
Justiça	18
Defesa e segurança pública	20
Eixo II. Crescimento Económico Robusto e Criação Acelerada de Emprego.....	23
Reforma das finanças públicas	23
Ambiente negócios	29
Comércio	33
Cultura	36
Agricultura.....	37
Pesca.....	46
Floresta e gestão sustentável dos recursos.....	48
Turismo	54
Água e saneamento.....	56
Eixo III- Melhoria da Qualidade Educação, Saúde e Proteção Social	66
Educação	66
Saúde.....	71
Emprego e formação profissional.....	72
Proteção social.....	74
EIXO IV- Política Externa ao Serviço de Desenvolvimento	82
Gestão da política de relações externas	82

Lista de abreviaturas e acrónimos

ANCI	Agência Nacional de Cooperação Internacional
ANP	Agência Nacional do Petróleo
APE	Acordo de Parceria Económica
APD	Ajuda Pública ao Desenvolvimento
BAD	Banco Africano de Desenvolvimento
BTL	Bolsa de Turismo de Lisboa
CADR	Centro de Apoio ao Desenvolvimento Rural
CATAP	Centro de Aperfeiçoamento Técnico Agro-pecuário
CCAIS	Câmara de Comércio, Indústria, Agricultura e Serviços
CEEAC	Comunidade Económica dos Estados da África Central
CFPSTP	Centro de Formação Profissional de São Tomé e Príncipe
CEMAC	Comunidade Económica e Monetária da África Central
CIAT	Centro de Investigação Agronómica e Tecnológica
CMC	Comunicação para Mudança de Comportamento
CNQ	Comité Nacional de Qualidade
CPLP	Comunidade dos Países da Língua Oficial Portuguesa
CPP	Contrato de Partilha de Produção
DAFs	Direção Administrativa e Financeira
DCI	Direção de Cooperação Internacional
DP	Direção do Planeamento
DO	Direção do Orçamento
ENASA	Empresa Nacional de Segurança Aérea
EPAS	Estratégia Participativa de Água e Saneamento
GEP	Gabinete de Estudos e Planeamento
GIME	Grupo de Interesse e Manutenção de Estradas
GMN	Guiché de Mise a Niveau
ICCAT	Comissão Internacional para a Conservação dos Tunídeos do Atlântico
IG	Indicação Geográfica
IGF	Inspeção Geral das Finanças
INAC	Instituto Nacional de Aviação Civil
INAE	Instituto Nacional de Estradas
INE	Instituto Nacional de Estatística
ITB	Internationale Tourismus-Börse
IPC	Índice de Preço ao Consumidor
MPFEA	Ministério do Planeamento Finanças e Economia Azul
MADR	Ministério de Agricultura e Desenvolvimento Rural
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OMC	Organização Mundial do Comércio
OMD	Objetivo do Milénio para o Desenvolvimento
ONG	Organização Não Governamental
PI	Propriedade Intelectual
PIC	Programa Indicativo de Cooperação
PAC	Programa Anual de Cooperação
PAGEF	Projeto de Apoio à Gestão Económica e Financeira
PEC	Plano Estratégico de Capacitação

PIP	Programa de Investimento Público
PIC	Programa de Investigação Criminal
PIQAC	Programa de Infraestruturas de Qualidade da África Central
PN	Polícia Nacional
p.p	Pontos Percentuais
PRIASA	Projeto de Reabilitação de Infraestruturas de Apoio à Segurança Alimentar
PRMN	Programa Regional de Harmonização das Empresas
SAFE	Sistema de Administração Financeira do Estado
SENAPI	Sistema Nacional de Propriedade Intelectual
SNPCB	Serviço Nacional de Proteção Civil e Bombeiros
STP	São Tomé e Príncipe
TICs	Tecnologia de Informação e Comunicação
TDR	Termo de Referência
UPDE	Unidade de Proteção dos Derigentes do Estado
VMS	Sistema Satélite de Monitorização das Embarcações
ZEE	Zona Económica Exclusiva

Índice tabelas e gráficos

Tabela 1- Matriz de Governação	7
Tabela 2 - Esperança média de vida	12
Tabela 3 - Anos de escolaridade.....	12
Tabela 4 - PIB per capita.....	12
Tabela 5 - Valor de IDH.....	12
Tabela 6 - Incidência da pobreza.....	12
Tabela 7 - Projeções demográfica.....	14
Tabela 8 - Execução do PIP por eixos e domínios das GOP (valores em Dobras)	17
Tabela 9 - Eixos prioritários de política da justiça	18
Tabela 10 - Objectivos específicos do Plano Estratégico dos Registos e Notariado 2017-2019.....	19
Tabela 11 - Matriz de política Marítima.....	20
Tabela 12 - Indicadores e metas – Aprofundamento do Estado de Direito Democrático	22
Tabela 13 - Matriz de política de finanças públicas	23
Tabela 14 - Matriz de políticas públicas de desenvolvimento estatísticos	27
Tabela 15 - Matriz de política públicas de desenvolvimento do sector privado	31
Tabela 16 - Matriz de políticas públicas de comercio	33
Tabela 17 - Indicadores	36
Tabela 18 - Matriz de política públicas de cultura	36
Tabela 19 - Matriz de políticas agrícolas	39
Tabela 20- Feiras agrícolas.....	41
Tabela 21 - Produção de culturas de exportação	42
Tabela 22 - Produção agrícola, 2019	42
Tabela 23 - Projecto de reabilitação de infraestruturas de apoio a segurança alimentar II, 2015	43
Tabela 21 - Formações realizadas no CATAP	45
Tabela 25 - Matriz de política públicas das pescas	47
Tabela 26 - Projectos no setor de floresta	48
Tabela 27 - Matriz de políticas públicas florestal	51
Tabela 28 - Eventos de formação, sensibilização e advocacia	52
Tabela 29 - Matriz de políticas públicas de turismo.....	54
Tabela 30 - Matriz de políticas públicas de água e saneamento.....	56
Tabela 31 - Ações de formação, sensibilização e informação no sector de água e saneamento	58
Tabela 32 - Indicadores e metas - Crescimento Económico Robusto e Criação Acelerada de Emprego	62
Tabela 33 - Matriz de política pública educativa	67
Tabela 34 - Matriz de política de saúde.....	71
Tabela 35 - Execução de projectos de saúde	72
Tabela 36 - Indicadores de emprego e formação profissional.....	73
Tabela 37 - Ações de advocacia e sensibilização no sector género	73
Tabela 38 - Matriz de política de proteção social.....	75
Tabela 39 - Indicadores e metas - Melhoria da Qualidade de Educação, Saúde e Proteção Social	77
Tabela 40 - Indicadores e metas - Política Externa ao Serviço de Desenvolvimento	82
Tabela 44 - Matriz de políticas de cooperação e negócio estrangeiro.....	83

Introdução

A primeira alínea do Artigo 16.º “acompanhamento e avaliação dos planos” da Lei nº6/2017, Lei de Bases do Sistema Nacional de Planeamento, determina que todos os planos, independentemente da abrangência ou nível hierárquico, devem ser objecto de relatórios de monitoria. Com efeito, o presente documento reporta a implementação das Grandes Opções do Plano (GoP) de 2019, o primeiro ano do Programa do XVII Governo (PG).

O Relatório de Monitoria das Grandes Opções do Plano (rmGoP) é um instrumento de monitoria que visa demonstrar a materialização anual dos objectivos do Programa do Governo (PG) 2018-2021.

Tabela 1- Matriz de Governação (Eixos e objectivos da Governação)

Aprofundamento do Estado de Direito Democrático	• Reorganizar o Estado, fortalecer a democracia, reforçar as instituições no plano nacional, regional e autárquico; • Criar capacidades para preservar a “soberania, a operacionalidade da acção do Estado, salvaguardar as liberdades, a vontade popular, a justiça social, a segurança e o bem-estar dos seus cidadãos”.
Crescimento económico robusto e criação acelerada de emprego	▪ Implementar um modelo de desenvolvimento que tira partido da localização geoestratégica do país, para transformar-se numa plataforma de prestação de serviços à região, ancorado no dinamismo do setor privado e na agilidade da Administração Pública. ▪ Relançar o crescimento económico e gerar emprego;
Melhoria da qualidade de saúde e proteção social	▪ O direito à proteção da saúde, educação e a segurança social são direitos fundamentais consagrados na Constituição da República Democrática de São Tomé e Príncipe. Sector com impacto directo na qualidade de vida dos santomenses e na formação do capital humano.
Política externa ao serviço de desenvolvimento	▪ Afirmação da política externa enquanto eixo fundamental de realização dos objectivos de governação; ▪ Melhorar a participação na cena política internacional e integração da diáspora; ▪ Reforçar a inserção do país nas economias regional e internacional e aumentar a ajuda externa.

Fonte: Programa do XVII Governo, 2019

Em 2019, o PG foi implementado num contexto em que a economia internacional apresentou um crescimento de 2,9%, sendo o nível mais baixo desde a Crise Financeira de 2008 e quase meio ponto abaixo da média dos últimos cinco anos.

À nível interno, o XVII Governo foi empossado em 03 de Dezembro de 2018, na sequência das eleições legislativas de 07 de Outubro, para uma legislatura de quatro anos. O Programa de Governação para a legislatura 2019-2022 foi aprovado na Assembleia Nacional em 28 de Dezembro de 2018 e o Orçamento Geral de Estado promulgado em 16 de Abril¹ do ano seguinte.

Decorrente dos factores conjunturais e estruturais da economia santomense, as condições macroeconómicas continuam a representar um desafio². Embora a inflação tenha abrandado, os indicadores apontam para uma desaceleração persistente da actividade económica. A importação de bens de investimento caiu e as exportações contraíram. A escassez do combustível em meados de 2019 também pesou na economia. Ainda que se tivessem situado acima das do ano passado, as receitas fiscais de 2019 ficaram significativamente aquém do programado. Além disso, registou-se um aumento do stock da dívida interna do Governo à empresa de telecomunicações CST e à empresa estatal prestadora de serviços públicos EMAE.

Relativamente ao eixo I, Aprofundamento do Estado de Direito Democrático, destaca-se como principais realizações o empossamento de 5 juízes de direito, para colmatar a carência de juízes e reduzir os processos pendentes nos Tribunais de Primeira Instância; e a assinatura pelos titulares dos órgãos de soberania e pelo Representante do Secretário Geral das Nações Unidas para África Central, François Fall, de uma Acta de Compromisso que orienta a Reforma da Justiça.

No eixo II, **Crescimento económico robusto e criação acelerada de emprego**, é de destacar a celebração do 10º aniversário do acordo de paridade câmbial, assinado com Portugal em 2009, para a ancoragem da Dobra ao Euro; a realização do 14º encontro empresarial para cooperação económica e comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa, em São Tomé; e o início dos trabalhos para actualização da estratégia e plano de ação de reforma da gestão das finanças públicas.

No sector de energia, em 2019, a produção de eletricidade foi de 107 883 846 KWh enquanto que no ano 2018 foi de 9928568 KWh, o que representa um crescimento de 10% de produção. Foram melhorados, igualmente, os sistemas de transportes de energia e distribuiu-

¹ Em 2 de outubro de 2019, o Conselho de Administração do Fundo Monetário Internacional (FMI) aprovou um novo acordo de 40 meses com São Tomé e Príncipe ao abrigo da Facilidade de Crédito Alargado (ECF, na sigla em inglês) no montante de DSE 13,32 milhões (cerca de USD 18,2 milhões) para apoiar as reformas económicas e estruturais do país.

² <https://www.imf.org/pt/News/Articles/2019/11/14/pr19416-sao-tome-and-principe-imf-staff-concludes-visit>

se energia elétrica à população. No domínio rodoviário, foram reabilitadas e construídas novas estradas.

No domínio agrícola, esforços foram feitos no sentido de incentivar o aumento da produção, produtividade e diversificação agrícola; aumentar a produtividade de animais de ciclo curto e, igualmente, a sua diversificação para as necessidades de consumo alimentar interno; Conservação e gestão racional dos recursos naturais florestais e da biodiversidade e a criação das melhores condições para a execução das atividades de pesca.

No que concerne ao eixo III, **Melhoria da qualidade de educação, saúde e proteção social**, merecem destaque o lançamento do *Programa Família* para reduzir a pobreza; pagamento das prestações sociais no quadro do programa “mães carentiadas”; a reabilitação do Centro de Lobata, além de ter sido instituída a Comissão Nacional de Coordenação da Execução da Política de Proteção da Criança.

No contexto de Saúde, os esforços foram no sentido de melhoria de qualidade dos serviços essenciais básicos e o reforço de capacidade técnica e institucional. Deu-se continuidade às missões de assistência técnica para manutenção e reparação de equipamentos médicos, fornecimento de medicamentos aos programas de luta contra o VIH/ Sida, Tuberculose e consumíveis.

No setor de Educação, os esforços estiveram direcionados para a melhoria de acessibilidade e de qualidade de Ensino. Vários projetos foram executados com o objetivo de descongestionar a sobrelotação dos alunos por sala e evitar o regime triplo, nomeadamente, a conclusão da escola Básica em São Finícia e das salas de aulas na escola Básica de Diogo Simão, permitindo a melhoria de acessibilidade, o que contribuiu para a permanência dos alunos nas suas comunidades, evitando que alunos se deslocassem às escolas de Bobo-Forro e da Trindade. De igual modo, os projectos, construção de muro de vedação da escola de Mouro Peixe, construção de Liceu em Cantagalo, reabilitação da escola José Leal Bouças, construção do Liceu em Lobata, construção e reabilitação das infra-estruturas escolares concorreram também para garantir a acessibilidade ao Ensino Básico, assim como o projeto “bolsa escola” de apoio direto às famílias mais desfavorecidas. Duas salas de aulas na escola básica Dona Maria de Jesus também foram construídas com objetivo de diminuir o rácio de alunos por turma e melhorar a gestão e organização das salas de aula. Foi atualizada a Carta de Política Educativa 2019-2023 com vista à melhoria da qualidade de ensino, como resposta aos compromissos internacionais assumidos pelo país, mormente o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável.

Concernente ao eixo IV, **Política externa ao serviço de desenvolvimento**, destaca-se a conclusão das obras de construção do novo edifício do MNECC e a realização do diálogo político de alto nível com a União Europeia no domínio no setor de água e saneamento.

Contexto Nacional

Segundo o último censo da população realizado pelo Instituto Nacional de Estatísticas (INE), em 2012, STP tinha 178.739 habitantes e seguia uma taxa de crescimento médio anual de 2,06%. Considerando as projeções³, a população total em 2019 é estimada em 205.965 habitantes.

A população é altamente jovem, com prevalência dos grupos etários potencialmente activos (15-64 anos) e crianças (0-14 anos). INE estima que 58,2% da população em 2019 tem entre 0-24 anos. Os indivíduos do sexo feminino representam 50.5% da população e os idosos, de 65 ou mais anos, correspondem a 3,2% da população.

Relativamente ao local de residência, constata-se assimetrias regionais bem definidas. Os dois maiores distritos (Água Grande e Mé-zochi) concentram mais de metade da população (64%), enquanto os dois menores (Caué e RA Príncipe) menos de 8% e 2/3 da população total do país residem nas zonas urbanas (68%), contra apenas 32% nas regiões rurais.

O Recenseamento Geral da População de 2012 contabilizou 1.779 crianças e adolescentes (correspondente a 2% das crianças e adolescentes) como portadores de pelo menos uma incapacidade, sem significativas distinções entre os sexos, e Lobata como distrito a nível nacional com o dobro dos casos de deficiência.

Os acidentes de viação, quando não são fatais, tem causado deficiência física entre os jovens em idade activa. A falta de serviços especializados de reabilitação física também contribui para o problema. Um estudo publicado em Novembro de 2017, no âmbito de um projecto da cooperação portuguesa, concluiu que 35% da população do país tem dificuldades auditivas. Parcela significativa da população idosa, conforme o censo citado, tem dificuldades de ver, ouvir ou se locomover.

Segundo o Relatório de Desenvolvimento Humano 2019, do PNUD, STP é considerado país de desenvolvimento humano médio, posicionado no lugar 137º de um total de 189 países e territórios avaliados.

³ Projeções demograficas de S.Tomé e Príncipe, INE, 2015

Tendência de IDH em São Tomé e Príncipe

Tabela 2 - Esperança média de vida

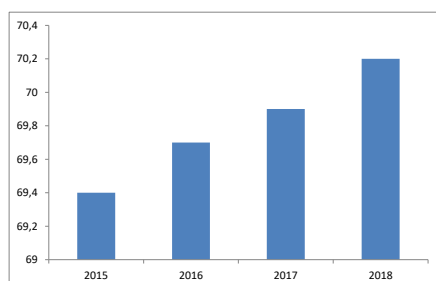


Tabela 3 - Anos de escolaridade

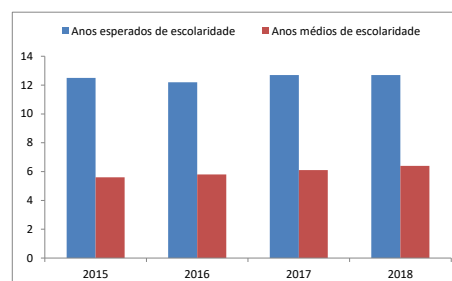


Tabela 4 - PIB per capita

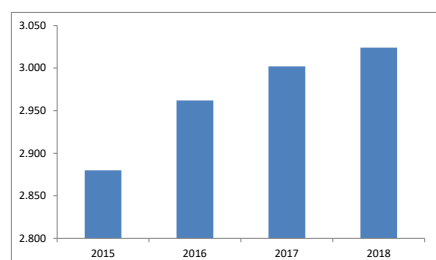
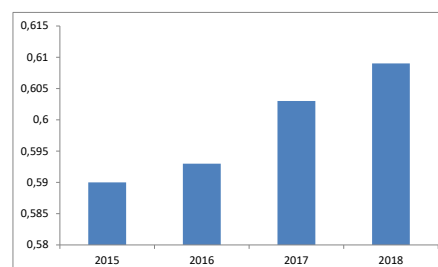


Tabela 5 - Valor de IDH



Fonte: Human Development Report 2019

Nos últimos quatro anos, a esperança de vida aumentou em 2,8 anos (23%) e a média de anos de escolaridade em 1,5 anos (43%). O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), por sua vez, cresceu 36,7%, de 0,546 para 0,609. No entanto, não obstante estes progressos nos indicadores sociais que habilitaram em 2019 a graduação do país para o grupo de rendimento médio, a prevalência da pobreza persiste.

Segundo Inquerito ao Orçamento Familiar, realizado pelo INE em 2017, 66,7% dos santomenses são pobres⁴ e sobrevivem com menos de 52,1 Dbs/per capita/dia. Por sua vez, a proporção daqueles que vivem na pobreza extrema atinge 47% da população.

Tabela 6 - Incidência da pobreza

	2010	2017	Meta 2016 ENRP II	Meta 2030
Incidência da pobreza segundo o <u>método dos custos das necessidades básicas</u>	66,2%	66,7%	56,6%	35% ⁵

Fonte: ENRP, 2002; ENRP II, 2012; Resultados Do Inquérito aos Orçamentos Familiares -2017, 17 de

⁴ Os cálculos de prevalência da pobreza apurados por métodos diferentes não são comparáveis. O primeiro método foi descontinuado em 2010.

⁵ Meta ODS

julho de 2020, INE

Tabela 7 - Projecções demográficas

	Um	2017	2018	2019	2030
FECUNDIDADE					
Índice Sintético de Fecundidade	%	3,4	3,4	3,3	2,9
Taxa Bruta de Reprodução	%	1,7	1,7	1,7	1,4
Taxa Líquida de Reprodução	%	1,6	1,6	1,6	1,4
Idade Média de Fecundidade	Ano	29,6	29,6	29,6	29,3
Razão Criança/Mulheres	Índice	0,5	0,5	0,5	0,4
MORTALIDADE					
Esperança de vida Masculina	Ano	64	64,5	64,9	69,2
Esperança de vida Feminina	Ano	70,5	70,8	71,2	75,6
Esperança de vida Total	Ano	67,3	67,7	68,1	72,5
Taxa de Mortalidade Infantil	%	33,6	32,5	31,4	20,7
Taxa de Mortalidade Juvenil	%	41,9	40,4	38,8	24,5
INDICADORES SOBRE ESTATÍSTICAS VITAIS					
Taxa Bruta de Natalidade	%	26,3	26,1	26	24,4
Taxa Bruta de Mortalidade	%	6,1	5,9	5,7	4,5
Taxa de Crescimento Natural	%	2	2	2	2
Taxa de crescimento Efectivo	%	2	2	2	2
Tempo duplicação da População	Ano	34,7	34,6	34,5	35,2
OCORRÊNCIA ANUAL DE NASCIMENTOS E ÓBITOS					
Nascimentos	nº	5.190	5.276	5.364	6.312
Óbitos	nº	1.202	1.192	1.183	1.170
INDICADORES SOBRE POPULAÇÃO					
População Total	Nº	197.700	201.785	205.965	258.184
População masculina	Nº	97.988	99.978	102.023	127.824
População feminina	Nº	99.712	101.806	103.943	130.360
Proporção da pop. 0-4 anos	%	12,2	12,2	12,1	11,7
Proporção da pop. 5-14 anos	%	26,8	26,1	25,5	20,5
Proporção da pop. 15-24 anos	%	20,1	20,3	20,6	20,1
Proporção da pop. 15-49 anos	%	50,5	51	51,6	54,4
Proporção da pop. 15-64 anos	%	57,8	58,5	59,2	63,8
Proporção da pop. 65 + anos	%	3,3	3,2	3,2	4
Prop. da pop. Feminina 15-49 anos	%	50,1	50,6	51,2	54,1
Razão de Sexo	índice	98,3	98,2	98,2	98,1
Razão de dependência	índice	0,7	0,7	0,7	0,6
Idade média	Ano	20	20	21	24
População Urbana	Nº	133.748	136.775	139.877	179.045
População Rural	Nº	63.952	65.010	66.088	79.139
Proporção população Urbana	%	67,7	67,8	67,9	69,4
Proporção população Rural	%	32,4	32,2	32,1	30,7

Fonte: Projecções demográficas de S.Tomé e Príncipe, INE, 2015

As famílias chefiadas por mulheres são mais pobres do que as famílias chefiadas por homens. Os pobres estão desempregados ou empregados na agricultura ou no sector informal. Os pobres vivem em habitações não melhoradas, sem instalações sanitárias, implantadas nas zonas de maior risco, nas periferias não urbanizadas das cidades, comunidades agrícolas e piscatórias, inadequadamente servidas por infraestruturas (água, energia, saneamento e estradas) e serviços públicos (educação, saúde e segurança pública).

Análise de desempenho por eixos

O presente capítulo faz o balanço das ações implementadas ao longo do presente exercício económico, nos diferentes eixos da ação governativa.

As despesas de investimento público (PIP) programadas em 2019 registaram uma execução⁶ em torno de 31,6%, contra os 47,6% verificado no igual período do ano 2018. Este nível de execução representou um decréscimo de 41% em relação ao valor executado no período homólogo de 2018, o que demonstra uma vez mais a contração das despesas para a concretização dos programas de investimento públicos.

O abrandamento no desempenho das despesas de investimento público face ao igual período do ano de 2018 é decorrente da pouca mobilização dos recursos financeiros, sobretudo os recursos externos na forma de donativos para financiar projectos, que até este momento constitui a principal fonte de financiamento dos projetos inscritos no PIP. Importa frisar também, que os recursos internos mobilizados também ficaram aquém do previsto, o que igualmente contribui para a baixa performance do Programa de Investimento Público no período em análise.

Analisando a execução do PIP por Eixos e Domínios das GOP, com o intuito de conhecer o montante mobilizado para os programas e as medidas plasmadas nos diferentes domínios e eixos das Grandes Opções do Plano, constatou-se que grande parte dos recursos destinaram-se para investimentos em setores dos eixos II (78,8%) das GOP, seguindo-lhe os eixos I (10,8%), o eixo III com (9,9%) e finalmente o eixo IV com 0,4%, como se pode observar na tabela nº 8.

No que toca ao eixo II, vislumbra-se os investimentos realizados principalmente nos domínios de Agricultura, pecuária e florestas; Infraestrutura de transporte; Energia; Água e Saneamento; Finanças públicas e políticas fiscal; Educação e Formação e outros. Quanto ao eixo I, destacam-se os investimentos realizados no domínio da Governação e o eixo III no domínio de Saúde.

⁶ Informações adicionais sobre a execução financeira disponíveis no relatório de execução orçamental (<https://www.financas.gov.st/index.php/publicacoes/documentos/category/162-ano-2019>) e relatório da Conta Geral de Estado (<https://www.financas.gov.st/index.php/publicacoes/documentos/category/197-conta-geral-do-estado-2019>) da Direcção de Contabilidade Pública.

Tabela 8 - Execução do PIP por eixos e domínios das GOP (valores em Dobras)

EIXO DAS GOP	DOMÍNIO DAS GOP	PROGRAMAÇÃO	EXECUTADO		REAL/PROG. INICIAL
		INICIAL	Valor	%	
Eixo I- Aprofundamento do Estado de Direito Democrático	Justiça	59 432 000,00	4 267 400,41	0,9%	7,2%
	Adm Pública	6 000 000,00	0,00	0,0%	0,0%
	Comunicação Social Pública	21 150 000,00	3 342 971,00	0,7%	15,8%
	Defesa e Segurança Pública	23 266 000,00	5 710 946,63	1,2%	24,5%
	Governança	71 713 977,00	36 889 922,79	8,0%	51,4%
Total		181 561 977,00	50 210 546,83	10,8%	27,7%
Eixo II- Crescimento económico robusto e criação acelerada de emprego	Turismo	0,00	0,00	0,0%	-----
	Finanças Públicas e Política Fiscal	45 388 000,00	26 330 257,59	5,7%	58,0%
	Melhoria do Ambiente de Negócios, Promoção e atração de IDE	1 500 000,00	445 294,98	0,1%	29,7%
	Financiamento da Economia	0,00	0,00	0,0%	-----
	Cultura	4 885 000,00	939 400,00	0,2%	19,2%
	Comércio	3 675 000,00	0,00	0,0%	0,0%
	Indústria	0,00	0,00	0,0%	-----
	Planeamento	1 000 000,00	1 002 313,67	0,2%	100,2%
	Sistema Estatístico Nacional	150 000,00	0,00	0,0%	0,0%
	Agricultura, Pecuária e Florestas	165 469 000,00	93 471 868,08	20,2%	56,5%
	Economia Azul e Pesca	13 925 000,00	0,00	0,0%	0,0%
	Educação e formação	231 256 000,00	22 005 504,66	4,7%	9,5%
	Juventude e Desporto	90 441 000,00	7 966 278,54	1,7%	8,8%
	Infraestrutura de Transporte	163 762 000,00	83 382 767,30	18,0%	50,9%
	Infraestrutura Aeroportuária e Portuária	39 648 754,00	0,00	0,00%	0,0%
	Água e Saneamento	102 246 000,00	43 114 695,50	9,3%	43,4%
	Energia	46 960 000,00	79 052 286,20	17,1%	168,3%
	Meio ambiente	0,00	0,00	0,00%	-----
	Obras públicas, Urbanismo e Ordenamento do Território	41 933 000,00	7 601 833,80	1,6%	18,1%
Total		952 238 754,00	309 684 769,52	78,8%	38,4%
Eixo III - Melhoria da Qualidade de Saúde e Proteção Social	Saúde	251 230 000,00	39 429 345,93	8,5%	15,7%
	Proteção social, Emprego e Formação Profissional	30 599 000,00	4 922 832,00	1,1%	16,1%
	Total	281 829 000,00	44 352 177,93	9,9%	16,2%
Eixo IV - Política Externa ao Serviço de Desenvolvimento	Gestão da Política de Relações Exteriores	49 605 000,00	1 827 751,36	0,4%	3,7%
Total		49 605 000,00	1 827 751,36	0,4%	3,7%
TOTAL GERAL		1 466 734 731,00	463 370 976,45	100,0%	31,6%

Fonte: Elaborado pela DP tendo como base as informações fornecidas pela Direção de Contabilidade Pública

Eixo I - Aprofundamento do Estado de Direito Democrático

A liderança do primeiro eixo é o Ministério de Justiça, Administração Pública e Direitos Humanos, cujas principais prioridades encontram-se definidas no Plano Estratégico (PE) 2017-2021 do sector (2017), e o Ministério da Defesa e Segurança Pública.

Justiça

Tabela 9 - Eixos prioritários de política da justiça

Modernização, credibilização e melhoria de acessibilidade à justiça	▪ Desenvolvimento Institucional ▪ Reforço e modernização das direcções e serviços do Ministério da Justiça ▪ Reforço e modernização das instituições judiciais ▪ Acções de Formação Recrutamento e Inspecção ▪ Reformas do quadro legal ▪ Infraestruturas ▪ Tecnologias de informação ▪ Acesso à Justiça
Prevenção e combate à delinquência e à criminalidade	▪ Reforçar a prevenção e investigação criminal ▪ Reforçar a capacidade de acolhimento e reinserção dos reclusos ▪ Combate ao consumo de drogas e apoio as vítimas de violência doméstica

Fonte: Plano Estratégico Reforma da Justiça 2017-2021, 2017

No ano de 2019, foram implementados os seguintes projetos: *4950-Programa de reforma da justiça*; *6493-Reabilitação do Edifício da PGR de STP*; *6542-Projecto aquisição de viaturas para Tribunal Constitucional*; *6456-Víveres, Géneros Alimentícios e Alojamento (ajuda alimentar aos;* e *Projecto de Apoio a Consolidação do Estado de Direito nos Países Africanos de Expressão portuguesa mais Timor Leste*, destacando-se como principais realizações, as seguintes ações:

- Inaugurado em Março uma iniciativa do Ministério da Justiça, Administração Pública e Direitos Humanos para celebrar o mês nacional da Justiça. Várias acções foram realizadas em todo o território para que os cidadãos conheçam os seus direitos e deveres. Os temas apresentados foram violência doméstica, importância do registo de nascimento e a problemática do consumo do álcool.
- Empossamento pelo Conselho Superior da Magistratura Judicial de 5 juízes de direito, para colmatar a carência de juízes e reduzir os processos pendentes nos que os Tribunais da Primeira Instância.
- Assinatura do protocolo de “Capacitação Jurídica de Magistrados”, em Agosto, entre o Procurador-Geral da República de São Tomé e Príncipe e o Ministério Público Federal do Brasil, representado no acto, pelo embaixador do Brasil, Vilmar Rogeiro Coutinho Júnior.

- Assinatura em Setembro pelos titulares dos órgãos de soberania e pelo Representante do Secretário Geral das Nações Unidas para África Central, François Fall, de uma Acta de Compromisso que orienta a Reforma da Justiça. O documento indica 5 áreas de intervenção: i) Reforço do Estado de Direito e do Princípio de separação de poderes; ii) Transparência e prestação de contas; iii) Acesso Universal à Justiça; iv) Resposta adequada, de qualidade e celeridade do sistema de Justiça e v) Priorização do combate a criminalidade, violência doméstica, abuso sexual de menores e corrupção, articulando a cooperação institucional e policial.
- No quadro do Projecto de Apoio a Consolidação do Estado de Direito nos Países Africanos de Expressão portuguesa mais Timor Leste, entre 21 e 24 outubro, juízes, procuradores, polícias de investigação criminal e oficiais de justiça dos PALOP's, beneficiaram de uma acção de formação sobre a organização e gestão da justiça criminal, com o objetivo capacitar os atores judiciais nos temas da governação e da organização do sistema judicial, bem como da gestão da investigação e justiça criminal.
- O Ministério da Justiça realizou em Dezembro, em Praia Gamboa, uma campanha de registo gratuito de crianças indocumentadas, designada a Feira de Registo de Nascimento.
- A conclusão das obras do edifício da Procuradoria-Geral da República; a sala de audiência do Tribunal; e iniciaram-se as obras de reabilitação do edifício do Tribunal Distrital de Lembá como forma de melhorar a prestação de serviços e atendimento.
- Foi institucionalizado o Gabinete de Informação e de Consulta Jurídica e realizadas formações aos magistrados, Juízes, Agentes da Polícia Judiciária, Agentes dos SPRS e técnicos, no âmbito da nova Lei da Família e Código de Organização tutelar de menores, branqueamento de capital, tráfico de droga, corrupção e da reforma da justiça.
- Relativamente a reforma dos Registos e Notariado, enquadrado no Plano Estratégico dos Registos e Notariado 2017-2019 (2017), foi elaborado o projeto arquitetónico de construção da Direção Geral dos Registo e Notariado e adquirido um gerador e máquina fotocopadora para impressão de bilhete biométrico.

Tabela 10 - Objectivos específicos do Plano Estratégico dos Registos e Notariado 2017-2019

Reestruturar a orgânica da DGRN e dos seus serviços centrais integrantes e desconcentrados	▪ Elaborar e aprovar o novo diploma orgânico ▪ Definir e aprovar o quadro do pessoal
Valorizar e capacitar os recursos humanos	▪ Elaborar e aprovar os novos Estatutos do Pessoal dos registos e notariado

Reformar e actualizar a legislação estruturante	▪ Elaborar e executar o plano de capacitação do pessoal ▪ Elaborar e aprovar os novos códigos do Notariado, do registo Predial e Comercial e respectivos regulamentos ▪ Elaborar e aprovar os novos códigos do registo Civil, automóvel e identificação Civil e Criminal e respectivos regulamentos ▪ Elaborar e aprovar o novo regulamento de custas e emolumentos
Reformar e modernizar as instalações	▪ Restruturar, reparar e apetrechar o edifício de água grande ▪ Restruturação, reparação e reinação dos edifícios dos postos distritais ▪ Construir e apetrechar o edifício da Conservatória e Cartorio Notarial da Região Autónoma do Príncipe
Ampliar a implantação territorial dos serviços	▪ Instalar uma nova conservatoria dos registos e um novo cartorio notarial em Água Grande ▪ Instalar uma conservatoria dos registos e um cartorio notarial em Me-zochi
Organizar, modernizar e qualificar a prestação dos serviços	▪ Elaborar e aprovar o código de conduta do pessoal ▪ Elaborar e revisar os manuais de procedimento ▪ Integrar os processos, actos e registos do Guiche único (GUE) ▪ Organizar, recuperar e desmaterializar os livros de actos e registos ▪ Informatizar os serviços, processos, actos e registos
Melhorar a imagem dos serviços dos Registos e Notariado na sociedade	▪ Criar e lançar o website dos registos e notariado ▪ Elaborar e aprovar o novo logotipo da instituição ▪ Criar e lançar o boletim dos registos e notariado ▪ Elaborar programas de divulgação das competências e ações dos registos e notariado nos órgãos de comunicação social.

- Relativamente a prevenção e combate à delinquência e à criminalidade, no quadro da reforma da policia judiciaria, encontra-se em curso o projeto SIGA e o projeto de estatística da criminalidade. No âmbito dos referidos projetos foram assinados protocolos de cooperação na área da justiça com Portugal e Brasil, assim como adquirida uma viatura para a delegação da Polícia Judiciária na RAP, concluído o espaço para instalação do laboratório da polícia científica, elaborado o projeto arquitetónico de construção da Direção Geral Serviços Prisionais e apetrechada a viatura dos serviços da PJ e os SPRS.

Defesa e segurança pública

- No que respeita a implementação da política de defesa e segurança, deu-se início aos projetos: 6260-Reabilitação do Edifício do SINFO; 6320-Melhoramento do Centro de Instrução Militar (CIM); 6087-Reabilitação do Quartel do Exército, Caserna e Casa de Banho; 6089 -Conclusão da Obra do Quartel da RAP.

Tabela 11 - Matriz de política Marítima

Fortalecer a Governação marítima	▪ Aprofundar coordenação e a colaboração interinstitucional ▪ Mapear, actualizar e difundir a legislação marítima.
----------------------------------	---

	▪ Delimitar o espaço de actuação de política marítima.
	▪ Reforçar os mecanismos de governação marítima
	▪ Reforçar a cooperação internacional
	▪ Desenvolver planos de controle e combate a poluição marítima
	▪ Desenvolver capacidade dos quadros
Optimizar a economia azul	▪ Atrair investimento para o programa de economia azul ▪ Desenvolver infraestruturas relacionadas com o transporte marítimo ▪ Desenvolver capacidade técnicas dos quadros envolvidos nos assuntos do mar ▪ Melhorar a cobertura de vigilância da ZEE
Reforçar a protecção e segurança marítima	▪ Reforçar os sistemas de vigilância e rede de informação

Fonte: Plano de Acção para implementação da Estratégia Marítima 2020-2030, 2020

- No âmbito da segurança pública e protecção civil, integrado nos planos de actividade dos projetos: *6310-Reforço das Capacidades*; *3975-Reabilitação do edifício do Comando Regional do Príncipe*; *6333-Construção de Cella de Posto de Santa Catarina*; *6123-Construção de Posto de Combate aos incêndios na Região Norte*, foram capacitados quadros em várias vertentes, reabilitada a Esquadra de Polícia de Porto Alegre; iniciado a reabilitação do edifício do Comando Regional do Príncipe, assim como a construção de instalações detenção temporária no Posto de Santa Catarina e construção de Posto de Combate aos incêndios na Região Norte. Foi também intensificado o policiamento de proximidade, com a realização de patrulhas conjuntas entre as forças da Defesa e da Ordem Interna.
- No domínio das Autarquias ou Poder Local os investimentos centraram-se na construção/reabilitação de lavandarias, balneários e chafarizes na localidade de Desejada e Cruz Grande, no Distrito de Lobata; construção e reabilitação de Centros recreativos na localidade de Guegue; conclusão de jardins de infância; reabilitação de canais drenadas de água; construção do murro de vedação e depósitos de água nas comunidades; reabilitação do passeio no centro da Cidade da Trindade; requalificação do padrão da cidade de Guadalupe; reabilitação do sistema de canalização do Mercado Côco-Côco e Municipal.
- O quadro proposto de indicadores e metas, apresentado a seguir, permite fazer uma radiografia simplificada da implementação da reforma da justiça. A reforma da justiça tem registado progressos modestos.

Tabela 12 - Indicadores e metas – Aprofundamento do Estado de Direito Democrático

Indicador	Nível de referência	Ponto de situação			Meta	Fonte de verificação
	2017	2018	2019	2025	2030	
Índice Mo Ibrahim para Governança Africana	59,4	59,6	60,4		73,1 ⁷	Fundação Mo Ibrahim
Índice de segurança pública e estado de direito	68,3	68,0	67,5			Fundação Mo Ibrahim
Índice de Percepção de Corrupção (posição no ranking de 180 países)	64	64	64			Transparência Internacional
Índice facilitação do cumprimento de contratos	30,3	27	28,8			Banco Mundial, Doing Business Report
Tempo dispendido na litigação dos contratos (dias)	1065	1185	1185			Banco Mundial, Doing Business Report
Custos de litigação em % do valor da causa	50,5	50,5	45,6			Banco Mundial, Doing Business Report
Facilitação da resolução de insolvências (posição no ranking de 190 países)	158	168	168			Banco Mundial, Doing Business Report

⁷ Pontuação registada em 2019 do PALOP melhor classificado no Índice Mo Ibrahim para Governança Africana.

Eixo II. Crescimento Económico Robusto e Criação Acelerada de Emprego

No segundo eixo de governação, o XVII Governo Constitucional aposta num modelo de desenvolvimento baseado na prestação de serviços capaz de criar as condições necessárias para o relançamento do crescimento económico robusto gerador de postos de emprego. Nesta perspectiva, as acções desenvolvidas centraram-se nos domínios das Finanças públicas, Ambiente de negócios, Agricultura, Comércio, Indústria, Energia, Água e Saneamento e outros.

Reforma das finanças públicas

Deu-se continuidade ao processo de reforma das finanças públicas dando cobertura ao Plano de Acção de Reforma das Finanças Públicas (PARFIP) previsto para o período 2016-2019.

Tabela 13 - Matriz de política de finanças públicas

Objectivos geral	Objectivos específicos
Assegurar uma utilização dos recursos financeiros públicos de um modo eficiente, eficaz e transparente.	Objetivo 1 - Dispositivos e métodos de programação macro-fiscal desenvolvidos
	Objetivo 2 - Procedimentos de preparação e apresentação transparente do orçamento consolidados
	Objetivo 3 - Sistema de planeamento e de gestão do investimento público orientados para assegurar a eficiência, eficácia e sustentabilidade das políticas públicas.
	Objetivo 4 - Recursos fiscais internos mobilizados.
	Objetivo 5 - Gestão financeira e da tesouraria do Estado melhoradas.
	Objetivo 6 - Gestão das aquisições públicas melhorada.
	Objetivo 7 - Gestão do património melhorada.
	Objetivo 8 - Sistema de contabilidade pública e da prestação de contas transparente desenvolvidos e operacionais.
	Objetivo 9 - Sistema de gestão da dívida pública reforçado.
	Objetivo 10 - Sistema de controlo interno credível e eficaz montado e funcionante.
	Objetivo 11 - Controlo externo das finanças públicas consolidado e efetivo.
	Objetivo 12 - Gestão dos recursos humanos eficaz e eficiente.
	Objetivo 13 - Sistema de informação da ajuda externa desenvolvido e operacional.
	Objetivo 14 - Sistema integrado de gestão das finanças públicas instalado e operacional.

Fonte: Plano de Acção da Reforma das Finanças Públicas (2016-2019)

Relativamente ao objectivo 1, “*programação macro-fiscal*”, foi criada a Unidade Macro-fiscal, através do Despacho nº81/2019 do Ministro do Planeamento, Finanças e Economia

Azul, e elaborado o seu Regulamento Interno, para assessorar o Governo em todas as matérias relacionadas com as políticas fiscais e macroeconómicas. No âmbito dos esforços para adotar o quadro fiscal e quadro de despesas de médio prazo, iniciou-se o processo de elaboração do modelo de Quadro de Despesas de Médio Prazo a nível setorial, além de vários setores do Ministério do Planeamento, Finanças e Economia Azul terem participado numa formação para a preparação do Quadro Fiscal de Médio Prazo (QFMP) e modelo de Quadro de Despesas Médio Prazo (QDMP).

No quadro do objectivo 2, referente a *transparência orçamental*, foi elaborado e submetido ao Gabinete Jurídico do MPFEA, o Regulamento para a revisão do Estatuto Orgânico da Direção do Orçamento (Decreto nº 61/2009, Orgânica do orçamento). Encontrando-se também em curso expedientes para a revisão do Classificador Orçamental, com vista à reflectir e adequar aos padrões internacionais.

Relativamente ao objectivo 3, referente à *gestão de investimento público*, encontra-se em curso os trabalhos para a elaboração do quadro normativo e metodológico do Sistema Nacional de Investimento Público. Tendo sido elaborado e submetido para comentário da equipa técnica, o Draft da Lei e Regulamento do Sistema Nacional de Investimento Público, assim como o Manual de elaboração e avaliação de projetos. Estes instrumentos poderão reforçar a gestão dos investimentos públicos e servir de guia prático aos funcionários de diferentes ministérios, para que eles possam identificar corretamente os problemas, definir soluções adequadas, formular os projetos e avaliá-los. Neste quadro, foi também elaborado e submetido para análise o protótipo do sistema de suporte de gestão de investimento público (e-SNIP). É de realçar que o referido sistema encontra-se na fase de teste pela equipa técnica.

No âmbito do reforço da capacidade técnica, os quadros técnicos da Direção do Planeamento (DP) participaram em formações com destaque para a i) Identificação, formulação e avaliação de projetos públicos; ii) Financiamento climático e lançamento do processo de financiamento do Programa País.

No que concerne ao reforço capacidade institucional, foi elaborado e submetido para a aprovação à nova orgânica da DP. No quadro dos trabalhos para instalação da Autoridade Nacional Designada (AND) do Fundo Verde para o Clima (GCF), foram adquiridos equipamentos informáticos para a DP nomeadamente: 3 computadores de mesa, 2 computadores portáteis, 1 projetor e 1 impressora multifunção. Por outro lado, encontra-se também na fase de conclusão, o documento de arranjos institucionais, manual de

procedimento de não-objecção para a implementação do GCF e o Programa País do Fundo Verde para o Clima. No mesmo período, foi também validado tecnicamente o Plano Nacional Desenvolvimento Sustentável (ODS) para o período 2020-2024 e definido as metas nacionais dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Com relação ao Objectivo 4, no quadro da *reforma tributária*, foi publicada a Lei nº13/2019 do Imposto sobre valor Acrescentado (IVA). Ainda no mesmo quadro, foi também publicado o Decreto-lei nº14/2019 do Sistema e-factura que obriga a emissão e comunicação electrónica de facturas para todas as transações efectuadas pelos agentes económicos. Ainda neste âmbito, foi concluída a primeira fase de desenvolvimento da aplicação informática de gestão do sistema e-factura, na versão web, designadamente: i) desenvolvimento de cadastro, ii) integração como e- factura, iii) conta corrente do contribuinte, iv) pagamento e reembolso, v) declaração de impostos e prestação de informações acessórias, vi) cobrança, vii) cruzamento de informações, viii) estatísticas e relatório. Foi também elaborado o plano estratégico de comunicação da Direção dos Impostos que comporta a estratégia de comunicação do e-factura e do IVA.

De igual modo, no quadro do Plano Contingencial de Curto Prazo 2019, foram adotadas medidas para aumentar a eficiência e eficácia da gestão tributária e melhorar a prestação de contas, que consistiram na análise e fixação de imposto declarado, código deontológico, rotatividade na fiscalização, dívidas (conceituação e tratamento), melhoria do site, informatização da gestão documental e maior atenção aos grandes contribuintes. Como resultado destas realizações, verificou-se o aumento da eficácia da cobrança das dívidas fiscais, combate à fraude e à evasão fiscal, bem como a melhoria da relação com os contribuintes;

No âmbito de reforço das capacidades dos serviços aduaneiros, estão em curso ações relacionadas com a Avaliação de gestão de risco e módulo de valor no Guiché Único de Comércio Externo (GUCE) visando a implementação do sistema Sidonia World, através de uma Assitência Técnica. Registaram-se também algumas melhorias no portal virtual do Guiché Único do Comércio Externo (GUCE) através do reforço de controlo, rotatividade e capacitação dos funcionários.

No que concerne à implementação do Acordo de Facilitação de Comércio (Estratégia Conjunta entre a Direção das Alfandegas e a Direção do Comércio), foi realizado um atelier de validação do referido Acordo, visando a criação de uma estrutura para o funcionamento do

Comité de Facilitação de Comércio. Foi elaborado também um estudo para a modernização do armazém e aquisição de equipamentos para melhoria da área do controlo e fiscalização no Porto de São Tomé.

No quadro da consolidação da Conta Única do Tesouro (CUT), enquadrado no objectivo nº5, constatou-se que em 2019 houve um maior cumprimento nas medidas impostas para a sua consolidação. Tendo-se registado maior controlo e seguimento das contas bancárias dos organismos da Administração Central do Estado junto aos Bancos Comerciais e a obrigatoriedade da assinatura da Diretora do Tesouro em todas as contas dos organismos acima referenciados, definidas no Despacho do Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul.

No âmbito do objectivo 6, os quadros técnicos do COSSIL beneficiaram de uma visita de estudo para troca de experiência e aprendizagem sobre sistemas on-line de publicação de informação sobre aquisições públicas;

No quadro do objectivo 7, foi desenvolvida uma aplicação informática que permitirá efetuar o registo de bens considerados património do Estado. Foram também nomeados exatores patrimoniais para fazer o controlo e gestão dos bens públicos, além de encontrarem-se em curso o cadastro dos prédios urbanos e rústicos do distrito de Água Grande e a revisão da Lei de Propriedade Fundiária do Estado.

No quadro do objectivo nº8, foi elaborada a Conta Geral do Estado referente ao ano 2017 e submetido ao Tribunal de Contas, conforme recomenda as boas práticas e a legislação financeira do país.

Relativamente ao objectivo nº13, referente a implementar um sistema de informação da ajuda externa, foram elaborados os termos de referência para a contratação de uma consultoria externa para proceder ao diagnóstico da qualidade dos dados da ajuda externa e a consistência do mecanismo de seguimento e reporte.

No quadro do objectivo nº10, foi adotado o manual de procedimento da IGF, revisto o Draft do Estatuto Orgânico da Inspeção Geral das Finanças e submetido ao Gabinete de Jurídico da Inspeção Geral das Finanças (IGF), além de ter sido elaborado termos de referência para a criação do website da instituição. Ainda no mesmo âmbito, os quadros técnicos da IGF participaram numa formação de capacitação na área de fiscalidade e contabilidade e também participaram numa visita de estudo para troca de experiência e aprendizagem entre pares para familiarização com sistemas e práticas de seguimento das recomendações da ISC pela IGF.

Relativamente a capacitação dos recursos humanos, enquadrado no Objectivo 12 do referido plano, contactou-se a participação de técnicos do Ministério de Planeamento, Finanças e Economia Azul e não só, em sessões de formação e capacitação, seminários e visitas de estudo em diversos domínios conforme a seguir se destacam: i) formação sobre a identificação, formulação e avaliação de projetos públicos; ii) formação em matéria de elaboração do Quadro de Despesas Médio Prazo (QDMP) e Quadro Fiscal de Médio Prazo (QFMP); iii) visita de estudo a Chile, para troca de experiência sobre a gestão e transparência do investimento público.

No contexto do objectivo 14, foram adquiridos equipamentos para reestruturar o Data Center da Direcção de Tecnologia e Inovação (DITEI), e fornecido capacitação on job aos técnicos do referido setor para proceder a sua instalação e configuração dos equipamentos, nos domínios de administração do sistema de base de dados Oracle11 G, Java, Software developer. Ainda no mesmo nível, foram também desenvolvidas as seguintes atividades: i) Implementação de uma rede virtual privada (VPN), permitindo às Câmaras Distritais e Institutos Autónomos acesso ao software de processamento de salário, para que estes processem directamente os seus salários e a Direcção do Orçamento e Tesouro, por outro lado, verifiquem, autorizem e libertem recursos, de forma descentralizada.

Estatística

No que concerne ao sistema estatístico nacional, esforços foram desenvolvidos no sentido de dar cobertura aos objectivos dos eixos da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Estatístico (ENDE).

Tabela 14 - Matriz de políticas públicas de desenvolvimento estatísticos

Visão	Eixos	Objectivos operacional
«Construir um sistema estatístico nacional eficaz e eficiente, capaz de produzir e divulgar estatísticas confiáveis para atender às necessidades dos usuários e de políticas, e de programas de desenvolvimento nacional»	Melhoria do quadro institucional e organizacional do SEN	Adotar novos instrumentos jurídicos que regulam a atividade estatística nacional e melhorar o seu funcionamento; Melhorar o quadro organizacional; Fortalecer a coordenação e a cooperação estatística
	Fortalecimento dos recursos humanos, materiais e financeiros	Formar e reciclar os quadros em estatísticas e áreas similares de forma contínua;

		Implementar mecanismos de financiamento sustentável para SEN; Equipar e modernizar o SEN com meios materiais e logísticos adequados; Criar um mecanismo de motivação e incentivo dos quadros.
	Melhoria da produção estatística	Produzir regularmente as estatísticas em todas as áreas; Melhorar o sistema de recolha e produção de dados.
	Promoção da divulgação, do arquivamento, comunicação e de uso de estatísticas	Promover a divulgação e comunicação; Garantir o arquivamento de dados; Promover a análise aprofundada de dados; Promover a cultura estatística.

Fonte: Estratégia Nacional de Desenvolvimento Estatístico 2018-2021 (2018)

No que respeita aos indicadores dos ODS, foi elaborado o 1º Plano de Seguimento dos Indicadores do nível II dos ODS e realizado um atelier técnico de uma semana com as partes relevantes, com a finalidade de planificar as ações para o seguimento dos indicadores de nível II, assim como definir a metodologia de cálculo dos mesmos. Na sequência do atelier foram definidas ações para a implementação do plano, estabelecida uma metodologia de cálculo dos indicadores de nível II e elaborada uma matriz de recolha dos indicadores. Relativamente aos recursos humanos, foram capacitados 30 técnicos em estatística, 10 técnicos em software de análise dados STATA e 3 técnicos em língua inglesa.

Da mesma forma, foi contratado, no quadro dos trabalhos para melhoria da eficiência do apuramento dos dados do IPC, um consultor para actualizar o ano de base do cálculo do Índice de Preço ao Consumidor (IPC), a partir dos resultados obtidos do Inquérito ao Orçamento Familiar (IOF) de 2017.

Encontra-se também em curso a implementação de um novo modelo de cálculo do PIB para as contas nacionais. Este modelo irá melhorar a qualidade dos dados das Contas Nacionais Anuais (CNA) produzidas no país, tendo como base novas séries de contas segundo as abordagens de produção e da despesa reconciliadas. Foi criada uma ferramenta simplificada

de recolha e utilizada fontes de informação para fazer a reconciliação das duas abordagens ao PIB.

Foi realizado o Sexto Ciclo de Inquérito aos Indicadores Múltiplos (MICS-6). Os dados foram recolhidos no terreno e, neste momento, os mesmos encontram-se na fase de tratamento. O principal objetivo do MICS-6 é coletar dados estatísticos sobre um conjunto de indicadores-chaves, nas áreas de saúde, educação, desenvolvimento infantil, protecção infantil, HIV/SIDA, para avaliar a situação de crianças e mulheres.

Nos últimos 20 anos, o MICS passou de 28 indicadores no primeiro ciclo (MICS-1) para 200 indicadores (MICS-6), tornando-se uma importante fonte de dados de proteção de crianças, educação infantil, saúde e nutrição infantil.

Encontra-se também em curso, em fase de teste, a criação de uma base de dados harmonizada dos indicadores produzidos pelo INE. Esta base consistirá numa plataforma que permitirá os funcionários e, futuramente, o público em geral acederem a informações de todos os indicadores produzidos pelo INE de forma fácil e rápida.

Ambiente negócios

No quadro dos esforços para adequar o ambiente institucional aos desafios do sector privado e melhorar o ambiente de negócios, no âmbito do primeiro eixo da Estratégia de Desenvolvimento do Sector Privado, foi elaborada e aprovada a *Lei de Fundo de Fomento Empresarial* (FFE). Além disso, uma equipa multisectorial composta pelos técnicos das Direcções de Indústria, Comércio, Turismo e Hotelaria e Obras Públicas, liderada por Sua Ex^a a Senhora Ministra do Turismo, Cultura, Comércio e Indústria, estudaram possibilidades de materialização de um protocolo que permitisse a transferência de actividades dos Serviços Centrais para as Câmaras Distritais. A materialização deste protocolo permitiria descentralizar a gestão das actividades económicas para os distritos, com ganhos a nível da redução de despesas de deslocação, acompanhamento das actividades e arrecadação de receitas pelas Câmaras Distritais.

No tocante ao acesso do sector privado ao financiamento (Eixo nº3), a Agência de Promoção do Comércio e Investimento (APCI), juntamente com o Banco Internacional de São Tomé e Príncipe (BISTP), Banco Central de São Tomé e Príncipe (BCSTP) e Governo Santomense iniciaram consultas convista a criação de uma linha de crédito para financiar o setor privado, particularmente os sectores da pesca, agricultura, agropecuária, transformação e turismo.

Tabela 15 - Matriz de políticas públicas de desenvolvimento do sector privado

Objectivo	Eixos estratégicos	Programa
Reduzir a informalidade e densificar o tecido empresarial formal, estabelecendo-se como meta ultrapassar as 5.000 empresas formais activas até 2024; Promover o crescimento da economia através do desenvolvimento do sector privado, para que o PIB per capita possa ser duplicado em 10 anos (de 1 700 USD actuais para 3 400 USD até 2024); Aumentar a contribuição do sector privado na geração de empregos, de modo a que o sector privado passe a responder por pelo menos 60% dos empregos do país em 2024; Aumentar as exportações de bens e serviços, para que o seu peso no PIB do país possa ultrapassar a linha dos 20% até o final da presente legislatura; Substituir as importações de produtos alimentares por produção nacional, estabelecendo-se como meta a diminuição das importações de produtos alimentares de 32,4% para 25% das importações totais até 2024.	Eixo 1: Quadro legal, regulamentar e institucional adequado aos desafios de um sector privado dinâmico;	Programa 1. Reforço do quadro institucional de apoio ao sector privado Promover a modernização da Administração Pública; Reformar o quadro institucional de promoção do investimento privado e das exportações, designadamente através da Agência de Promoção do Comércio e Investimento (APCI/MECI); Incorporar os objectivos gerais de desenvolvimento do sector privado nas políticas, estratégias e programas das unidades orgânicas que actuam em sectores específicos como a agricultura, as pescas, a indústria, o turismo e os serviços (diversos Ministérios). Programa 2. Revisão do quadro legal e regulamentar Conceber e implementar uma política de promoção do investimento Privado; Adoptar uma política fiscal orientada para o desenvolvimento do sector privado e a atracção do investimento estrangeiro; Elaborar e fazer aprovar um código de falências e insolvências; Rever o regime legal de parcerias público-privadas e de concessões; Consolidar a estrutura de regulação económica multi-sectorial existente e alargar a sua actuação aos demais sectores
	Eixo 2: Infraestruturas materiais propiciadoras do desenvolvimento de actividades económicas;	Programa 3. Adequação e melhoria do funcionamento das infraestruturas gerais de suporte ao sector privado Promover a modernização das infraestruturas portuárias; Promover a melhoria das infraestruturas aeroportuárias; Promover a ampliação e modernização da rede rodoviária; Promover a melhoria dos serviços de fornecimento de energia e água; Promover a melhoria contínua da qualidade e a redução dos preços dos serviços de comunicações Programa 4. Adequação e melhoria das infraestruturas específicas para o sector Privado Estabelecer infraestruturas para a instalação de pequenas indústrias e Empresas; Avaliar o dossier das zonas francas e, eventualmente, rever o enquadramento legal e identificar parceiros estratégicos; Promover a criação de portos secos; Reabilitar infraestruturas de comercialização;
	Eixo 3: Produtividade acrescida dos factores de produção;	Programa 5. Melhoria do funcionamento do sistema financeiro Facilitar o acesso do sector privado a financiamento; Promover a melhoria da gestão do risco financeiro; Promover a inovação e a concorrência no sistema financeiro; Promover a melhoria da organização e funcionamento do micro-crédito; Programa 6. Melhoria da produtividade da mão-de-obra Reforçar a qualificação da mão-de-obra; Modernizar a legislação laboral; Regular as normas gerais de contratação de mão-de-obra estrangeira; Promover um programa oficial de estágios no sector privado; Programa 7. Gestão estratégica dos recursos naturais Rever/adequar a política de acesso à terra; Implementar uma política de gestão estratégica dos recursos naturais; Melhorar o sistema de cadastro da propriedade; Melhorar o regulamento e procedimentos de avaliação de impacto ambiental e reforçar a capacidade de análise dos respectivos estudos

	Eixo 4: Estrutura empresarial consolidada;	Programa 8. Incentivo ao empreendedorismo Implementar um serviço de apoio ao empreendedor; Criar uma iniciativa dirigida a jovens formados; Introduzir conceitos de empreendedorismo nos curricula escolares; Promover o surgimento de incubadoras de empresas; Programa 9. Apoio à modernização das MPME Conceber e implementar um sistema simplificado de formalização de Empresas; Desenhar e implementar instrumentos financeiros orientados para as MPME; Desenhar e implementar um programa de desenvolvimento de competências; Desenhar e implementar um programa de massificação da adopção de novas tecnologias de informação e comunicação pelo sector privado, bem como de transferência de tecnologias produtivas; Programa 10. Modernização do Sistema de Governação das Sociedades Promover a difusão do código das sociedades comerciais; Modernizar os sistemas de registo e reporte financeiro das empresas; Promover e incentivar o cooperativismo e o associativismo; Programa 11. Melhoria da organização e representatividade do sector privado Adequar o quadro legal que regula as câmaras de comércio e as associações empresariais; Promover o reforço institucional das câmaras de comércio e associações empresariais;
	Eixo 5: Acesso a mercados dinamizado	Programa 12. Valorização de produtos e serviços locais Implementar um Sistema Nacional de Qualidade; Desenvolver um sistema de indicações geográficas; Definir e implementar um plano para a convergência técnico-normativa com os mercados-alvo; Melhorar os mecanismos de protecção do consumidor; Alinhar o sistema de compras públicas com os objectivos de desenvolvimento do sector privado; Programa 13. Promoção das exportações Confirmar as opções de integração regional e multilateral; Realizar e divulgar estudos de comércio internacional sobre mercados-alvo Definidos; Implementar um programa específico de apoio às exportações

Fonte: Estratégia de Desenvolvimento do Sector Privado (EDSP, 2015)

Foi também realizado no em Julho, em São Tomé, o 14º encontro empresarial para cooperação económica e comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa, sob o lema “Promovendo o Crescimento Económico e a Prosperidade Partilhada”. O evento reuniu e colocou em contacto directo empresários da China e dos Países de Língua Portuguesa, para promover negócios e explorar novos mercados. Como resultado deste encontro, foram assinados 6 protocolos, nomeadamente: i) Protocolo de Cooperação entre o IPIM e a APCI; ii) Acordo de Doação de dois sistemas aerodinâmicos de purificação de água entre a Macau PLOPS Investimento e Promoção Companhia Limitada e o Ministério de Saúde de Moçambique; iii) Memorando de Entendimento para a interação da OADL e Associados de São Tomé e Príncipe à Aliança de Serviços Jurídicos do Interior da República Popular da China e dos Países da Língua Portuguesa; iv) Acordo de Cooperação entre o Fórum dos Empresários de Língua Portuguesa (FELP) e Câmara do Comércio, Indústria, Agricultura e Serviços de S.Tomé e Príncipe (CCIAS); v) Acordo de Cooperação entre a Associação Comercial Internacional de Empresários Lusófonos e CCIAS; vi) Acordo de Cooperação entre Macau PLOPs Investimento e Promoção Companhia Limitada e BGFI Bank de STP.

Comércio

No quadro dos esforços para acelerar a integração regional, que é o primeiro vector da Estratégia Comercial (2013), realizou-se na capital do país dois seminários sobre o tema “*Zona Livre de Comércio no Continente Africano*” e “*Implementação das medidas de facilitação do comércio em STP*”. Estes eventos tiveram como objectivo sensibilizar os participantes para a necessidade de redução das barreiras comerciais como condição para a inserção da economia são-tomense no mercado regional, no quadro das disposições para a extensão da Zona de Livre Comércio e aprofundar as relações com a CEEAC e CEMAC.

Foi também validado o caderno de encargos de três produtos, seleccionados no âmbito das indicações geográficas e Denominação de origem (café, cacau e pimenta), a fim de proceder ao registo de IG e DO e valorizar os produtos finais das PME industriais e artesanais.

Tabela 16 - Matriz de políticas públicas de comércio

Objectivo	Eixos/vectores
Alcançar o desenvolvimento comercial sustentável no plano interno e externo, harmonização do comércio e sectores industriais, e promoção de uma política de exportações sustentável, diversificada e competitiva, a fim de promover o desenvolvimento económico e social.	Integração Regional e Internacional
	Promoção dos Investimentos e da competitividade das Fileiras Exportadoras
	Racionalização e Integração do Desenvolvimento do Sector Privado
	Identificação e Promoção das Oportunidades geradas pelos Sectores Petrolífero, das

No mesmo ano, foi também concedido na forma de donativo ao Governo São-tomense, 30 contentores de arroz, equivalente a 3.390 toneladas, para garantir o abastecimento regular deste produto no mercado. Este apoio é fruto da cooperação entre STP e Japão e insere-se no Programa de Segurança Alimentar assinado com o Governo Nipônico, cujo valor obtido na venda deste produto é revertido ao Governo para financiar principalmente projetos de carácter social.

No âmbito do reforço da capacidade institucional da DRCAE, foi elaborado novo estatuto de pessoal da instituição e constituída uma equipa multisectorial de fiscalização para fazerem o controlo das práticas ilícitas. Foram realizados vários encontros de trabalho com Polícia Nacional, para materializar um protocolo em matéria de formação, apoio técnico material e operacional e apoio jurídico; com a Direção da Pecuária, sobre o abate clandestino de animais para consumo humano, e com a Câmara distrital de Água Grande, para concertar estratégias para combater delitos que põem em risco a saúde pública e a economia.

Ainda no quadro das parcerias, foi reforçada a cláusula do protocolo existente entre a DRCAE e o CIAT, em que este comprometeu-se a fazer análises de produtos alimentares apreendidos pela DRCAE, assim como informar sobre as anomalias detetadas nos produtos importados comercializados no mercado nacional.

Foi também criada a rede de intercâmbio, a nível nacional, de informação e apoio institucional. Este intercâmbio culminou na participação da DRCAE no Atelier alusivo ao dia mundial dos direitos de defesa dos consumidores sobre o lema “direitos dos consumidores em São Tomé e Príncipe e o papel da DRCAE/PE em matéria de fiscalização”.

No mesmo ano, a DRCAE levou a cabo 234 atividades de inspeção aos estabelecimentos comerciais (grossistas/retalhistas), roulotes, padarias, bombas de combustíveis, hotéis, restaurantes e bares, para avariguar infrações relacionadas com especulação de preços, licença; cartão de sanidade; conservação, higiene de produtos; higiene de espaço e de pessoal; e o cumprimento das normas que regem a comercialização de combustíveis. Como resultado, foram detetados 137 infrações, relacionadas com ausência de livro e cálculos de preço, licenças expiradas, produtos fora de prazo de validade, falta de alvará de funcionamento, falta de afixação de preços, falta de condições de higiene e asseio, produtos em mau estado de

conservação e falta de cartão de sanidade.

Foi também realizada uma campanha de sensibilização no mercado Municipal e Côco-Côco, para informar os comerciantes e utentes, sobre os riscos inerentes às doenças transmissíveis através dos alimentos, importância das condições de higiene, aquisição, conservação e manipulação dos alimentos, validade dos produtos e sobre algumas obrigações exigidas pela lei para o correto exercício da atividade comercial. Teve também lugar campanhas de sensibilização nas escolas sobre o mesmo tema.

No quadro do Programa de Harmonização do Setor Industrial, foram formados técnicos nos diversos domínios, entre os quais o empreendedorismo, e elaborados planos de negócios para novos projetos;

No âmbito da promoção dos investimentos e da competitividade das fileiras exportadoras, esforço foram realizados para identificar produtos com potencialidades de exportação para Cabo Verde e entre outros destinos. Neste quadro, uma comitiva chefiada por sua Ex^a o Secretário de Estado do Comércio e Indústria, deslocou-se à algumas unidades empresariais, nomeadamente a Fábrica de sabão “ Kwa Non”, Fábrica de Colchões, Fábrica de resíduos, Unidade de transformação de mandioca de Margarida Manuel e “ Mina-Mina”, Transfor, Delicias, para conhecer in loco o funcionamento destas unidades, as suas capacidades produtivas, constrangimentos e perspectivas das mesmas. A concretização deste objetivo poderá contribuir para melhorar o défice comercial através da entrada de divisas para o país como também para a valorização da produção local. De igual modo, foi realizado um encontro com a Classe empresarial com objetivo de conhecer o seu funcionamento bem como os constrangimentos e perspectivas inerentes à referida Classe.

Está em curso, o Projeto de Avaliação das Necessidades Tecnológicas (TNA) que permitirá identificar tecnologias mais apropriadas para os diversos setores da vida económica do país, nomeadamente energia, transportes, recursos hídricos, agricultura, florestas e zonas costeiras.

No âmbito do processo de criação das condições para que os autores, artistas e artesãos possam beneficiar do seu esforço criativo, os técnicos do Serviço Nacional de Propriedade Intelectual e Qualidade (SENAP-QI), bem como os autores e artistas, beneficiaram de uma Assistência Técnica da Sociedade de Gestão Coletiva de Direitos do Autor para acelerar o processo de adoção da legislação pertinente, congregação de esforço e advocacia para sensibilização do público alvo.

Ainda neste âmbito foram aprovados dois tratados em matéria de direitos de autor e direitos

conexos respectivamente, os Tratados da OMPI para Direitos do Autor (TODA) e Tratado do OMPI para Produtores de Fonogramas (TOPF).

Relativamente à propriedade intelectual, durante o ano 2019 registou-se a entrada de 412 pedidos de registro de marcas internacionais, 125 pedidos de marcas regionais (ARIPO) e 65 marcas nacionais. Foram renovados 30 certificados e emitidos 67. Foram solicitadas 460 patentes regionais, 6 modelos de utilidades regionais, 14 desenhos internacionais e 33 desenhos regionais.

Tabela 17 – Indicadores de pedidos de registos de marcas, certificados e desenhos

	2019
Nº de pedidos de registro de marcas internacionais	412
Nº de pedidos de marcas regionais (ARIPO)	125
Nº de pedidos de marcas nacionais	65
Nº de certificados renovados:	30
No de certificados emitidos	67
Nº de patentes regionais solicitadas	460
Nº de modelos de utilidade regionais	6
Nº de desenhos internacionais	14
Nº de desenhos regionais	33

Cultura

No ano 2019, deu-se continuidade a recuperação do património histórico de Ana Bom além de ter-se realizado diversas celebrações para preservar a memória histórico-cultural, nomeadamente dia do Rei Amador (4 de Janeiro), dia dos Heróis de Liberdade (3 de Fevereiro), com a célebre marcha alusiva a data, com partida na Praça da independência com destino à praia de Fernão Dias; o Mês da Cultura Nacional (Mês de Abril) e Independência Nacional (12 de Julho), com uma exposição museológica em homenagem aos 44 anos da independência. Foi também realizado o concurso “Tlundu” para resgatar os valores culturais do carnaval tradicional.

Tabela 18 - Matriz de política públicas de cultura

Objectivos gerais	Objectivos específicos
Defender, preservar e valorizar o património histórico e artístico nacional;	Melhorar o quadro institucional de promoção e gestão da política cultural
Promover a produção, gestão e a divulgação das criações artísticas e dos bens culturais, tanto no interior como no exterior do país;	Descentralizar a implementação da política cultural nacional
Melhorar a qualidade de vida dos cidadãos	Inventariar e valorizar o património cultural material e imaterial

através do usufruto de atividades sociais, culturais, artísticas e recreativas.	Promover, proteger e defender o uso descomplexado das línguas nacionais
	Incentivar apoio a iniciativas culturais de preservação e valorização das tradições nacionais
	Promover iniciativas de apoio à criação artística e estabelecer mecanismos institucionais e disposições legais de protecção dos direitos do autor
	Estimular e apoiar actividades de estudo e pesquisa sobre história e cultura nacionais
	Apoiar iniciativas de promoção das manifestações culturais santomenses
	Criar condições de acesso e fruição das artes e cultura pelos cidadãos
	Integrar conteúdos programáticos relacionados com arte e cultura nacionais nas instituições de ensino
	Promover a divulgação da cultura santomense no interior e no exterior do país;
	Incentivar e estabelecer intercâmbio cultural com outros países.

Fonte: Documento de política cultural (2012)

Foi requalificado o salão polivalente da Casa da Cultura, para dotar o sector de um espaço com condições técnicas de acolher eventos culturais. No quadro do projeto ***Preservação e Valarização da Cultura Nacional***, foi realizado o *Estudo nacional para criação do emprego através do setor de cultura*, enviado para o exterior alguns quadros para frequentarem cursos superiores de Licenciatura e mestrado nas áreas de música e artes cénicas; e realizadas ações para revitalizar o grupo *Plomô Dêçu* de Cruzeiro.

Agricultura

Neste domínio, relativamente à promoção da **produção e produtividade agrícola**, destacam-se como principais realizações, as seguintes:

- Foram reabilitados os sistemas de abastecimento de água nas comunidades de Rio Lima, Santa Luzia e Bom Sucesso. Encontram-se também em curso a reabilitação dos sistemas de irrigação de Mesquita, Santarém e Ubá Cabra, em que beneficiaram 300 famílias e produtores, além do estudo de viabilidade dos sistemas de irrigação de Água Casada, Canavial e Vila Mora. A construção de 25 hectares de terraços nas zonas declivosas, com culturas de milho, feijão e hortícolas diversas;
- Foram melhoradas as atividades de produção em estufas de produtos hortícolas (aumento

do conhecimento das técnicas de produção, utilização de composto e utilização de sementes melhoradas e apropriadas para estufa) que contribuirão, a breve trecho, para melhorias no abastecimento do mercado em tomate, pimentão e outros produtos;

Tabela 19 - Matriz de políticas agrícolas

Objectivo geral	Objectivo específico	PROGRAMA
Garantir o crescimento agrícola sustentável de pelo menos 6% taxa, que poderia obter uma redução da pobreza nacional e rural, com a respectiva redução de 40,4% e 25,9% do número de pessoas abaixo da linha de pobreza entre 2001 e 2020	Promover a produtividade, aumento da produção agro-pastoral e sua diversificação para as necessidades de consumo alimentar interno, bem como os imperativos da exportação de produtos agrícolas.	Intensificação Sustentável e Diversificação da Produção Agrícola e a Pecuaria Sub-programa: Melhoriada produção e da produtividade das culturas Sub-programa: Promoção de produção curto ciclo Sub-programa: Melhoria de aprovisionamento em factores de produção Sub-programa: Pequenas infra-estruturas de apoio à transformação, gestão d'água e dos sistemas d'irrigação
	Servir-se de melhores condições para a implementação das actividades de pesca, numa perspectiva de gestão sustentável dos recursos haliêuticos.	Desenvolvimento Sustentável da Pesca Sub-programa: Fortalecimento das capacidades de capturas da pesca artesanal Sub-programa: Melhorias no abastecimento dos mercados de produtos da haliêuticos Sub-programa: Apoio ao reforço das capacidades produtivas dos armadores nacionais Sub-programa: Reforço das capacidades técnicas e de gestão dos serviços da pesca
	Desenvolver acções que contribuam para um ambiente saudável e o uso racional dos recursos florestais, hidricos e inertes.	Gestão Sustentável dos Recursos Naturais Sub-programa: Disponibilização de ferramentas de gestão sustentável dos recursos naturais Sub-programa: Melhoria do nível de informação sobre posse de terra Sub-programa: Gestão de florestas secundarias e a luta contra o desflorestamento
	Contribuir, através de melhor acesso aos mercados e	Acesso aos Mercados e aos Financiamentos

	financiamentos, ao crescimento agrícola, segurança alimentar e redução da pobreza.	Sub-programa: Melhoria do acesso aos mercados dos produtos agrícolas Subprograma: Apoio ao crédito agrícola e microfinança
	Melhorar a situação nutricional dos diferentes grupos alvos (crianças, gestantes, adultos); reduzir as taxas de prevalência de carências e doenças de origem alimentar e promover políticas nutricionais.	Melhoria do Estado Nutricional das Populações e a Gestão de Vulnerabilidades Sub-programa: Melhoria do estado nutricional das populações Sub-programa: Prevenção e gestão dos riscos e crises agrícolas e riscos e alimentares
	Assegurar a sensibilização, a formação e capacitação dos actores do desenvolvimento agrícola, particularmente os produtores, suas organizações e os agentes públicos encarregues pela formulação das políticas, pesquisa-desenvolvimento, da produção da transformação e da comercialização dos produtos agro-pastorais e haliêuticos.	Reforço das Capacidade Institucionais Sub-programa Refroço das capacidades das estruturas de pesquisa e extensão Sub-programa: Reforço das capacidades das organizações profissionais no mundo rural (ONGs e associações profissionais agrícolas) Sub-programa: Reforço do quadro jurídico e regulamentar para o sector agro-alimentar Sub-programa : Reforço das capacidades de planeamento, análise, seguimento e de coordenação do sector agrícola Sub-programa: Reforço das capacidades de gestão administrativa e financeira do MADRP

Fonte: Plano nacional de investimento agrícola e de segurança alimentar e nutricional 2016-2020 (PNIASAN, 2014)

- A alocação de um montante de 1.734.943,00 dobras (Um Milhão, setecentos e trinta e quatro mil, novecentos e quarenta e três dobras) dos fundos do Tesouro para aquisição de sementes e adubos orgânicos, assim como para liquidação de 30% da dívida (34.800 Euros) contraída pela Loja LAINA em 2018, que rondavam os 116.000,00 Euros. Como resultado, no período em estudo, providenciou-se um abastecimento regular de sementes agrícolas diversas tais como cebola, tomate, couve, pimentão, cenoura, salsa, alface entre outras, tendo sido importadas mais de 100 kgs de sementes, 22500 kgs de sulfato e cal, 4000 kgs de Fungicidas, 2000 litros inseticidas, 35000 Kgs de Adubos e Fertilizantes, 1000 litros de Herbicidas.
- Estima-se que foram beneficiados diretamente com sementes diversas, mais de 2500 horticultores e 4500 produtores de cacau com cal e sulfato. Estima-se também, que a produção agrícola de culturas alimentares (milho, matabala, mandioca batata doce, banana e outos) foi de aproximadamente 70.590 Toneladas.
- As feiras agrícolas foram descentralizadas da capital para os distritos. Esta nova abordagem permitiu melhorar a comercialização dos produtos agropecuários, intensificar a produção local e dinamizar o mercado interno. Com efeito, registou-se no período em estudo, 13 feiras, sendo 12 agrícolas (2 em cada distrito) e uma gastronómica em Nova Moca.

Tabela 20- Feiras agrícolas

Eventos	2019
Feiras agrícolas	12
Feira gastronómica	1

- O processo de identificação das parcelas de terras agrícolas abandonadas foi intensificado, tendo sido constituída uma comissão técnica interna para elaborar um regulamento de inspeção e fiscalização de terras agrícolas.
- Foram recuperadas 4,6 hectares de terra localizada em Nova Olinda, que funciona como *Base de Demonstração Experimental de Culturas Alimentares e Hortícolas*. Foram feitas demonstrações de tecnologia de cultivo simplificado sobre cultivo de alto rendimento de milho, soja, mandioca e matabala.
- Foi assinado um acordo de assistência técnica e financeira com a FAO, para a elaborar o

documento reitor de estatística agrícola, o PASSAR.

- A produção registada em 2019 a nível das culturas de exportação foram: 1300 toneladas de cacau biológico, 1200 toneladas de cacau convencional, 400 toneladas de cacau de qualidade, 31 toneladas de pimenta e 16 toneladas de café;

Tabela 21 - Produção de culturas de exportação

Produtor	Cultura	Ano 2019
Agripalma	Óleo de palma	180 toneladas ⁸
CECAB	Cacau biológico	1300 toneladas
CECAQ11	Cacau convencional	1200 toneladas
	Cacau qualidade-biologico	400 toneladas
Outros produtores	Pimenta	31 toneladas
	Café	16 toneladas

- No quadro dos investimentos para impulsionar o desenvolvimento do agro-negócio, foram elaborados, com financiamento PRIASA/BAD, dois estudos sendo um sobre as empresas em actividade no sector do agro-negócio e outro para construção de um centro de embalagem. O sector de agronegócio registou o surgimento de várias iniciativas, destacando-se a transformação do óleo de coco e derivados pela Empresa Valudo, a transformação de cacau e derivados pela Sociedade Diogo Vaz e Sociedade Cláudio Coralo.

Tabela 22 - Produção agrícola, 2019

Cultura	2019	Empresa
Chocolate	17,5 ton	Sociedade Diogo Vaz e Sociedade Cláudio Coralo
Óleo de palma	180 ton	Agripalma

- Em relação ao óleo de palma, a produção rondou cerca de 180 toneladas (dados da Agripalma), até ao 3º trimestre de 2019, e prevê-se o início da exportação deste produto nos últimos meses do ano. Convém frisar que, a previsão da exportação para 2020 rondará

⁸ Até 3º Trimestre

cerca de 14000 toneladas de óleo e representará cerca de USD 12.000.000,00.

- Relativamente ao desenvolvimento de capacidade institucional, os mecanismos internos do sector agrícola para o seguimento dos projetos e programas foram reforçados. O financiamento do projeto PRIASA permitiu constituir uma equipa técnica para o seguimento dos projetos. O diálogo com parceiros técnicos e financeiros foi também aprofundado com a realização da terceira reunião extraordinária do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSAN), assim como do segundo encontro do Grupo de Trabalho de Apoio ao Setor Agrícola (ACHA).
- No quadro do Plano de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), implementado pelo Centro de Apoio ao Desenvolvimento Rural (CADR) e pelas respectivas Delegações Regionais, foram assistidos 1000 agricultores e 230 criadores. Foram também capacitados 30 extensionistas e 145 produtores rurais. A assistência prestada traduziu-se na produção de mudas de hortaliças para as cooperativas de estufas, conservação e melhoramento do solo nas estufas, produção e fornecimento de composto orgânico, realização de balanços das atividades desenvolvidas pelos Comitês de Gestão das Infraestruturas, apoio técnico para o desenvolvimento de negócio com arcas solares instaladas nas comunidades selecionadas, apoio aos beneficiários de estufas no domínio das culturais de produção, de gestão e comercialização, gestão e manutenção concernente à utilização racional dos sistemas de irrigação.
- A nível comunitário, a funcionalidade dos comitês de gestão de infraestruturas de segurança alimentar foi fortalecida, tendo sido constituídos mais 20 comitês e alargada a abrangência destes para 15 novas comunidades rurais. Este processo beneficiou 90 horticultores e envolveu 25 agentes extensionistas.

Tabela 23 - Projecto de reabilitação de infraestruturas de apoio a segurança alimentar II, 2015

Objectivo geral	Objectivo específico	Componentes
Contribuir para um crescimento económico forte e compartilhado, e para segurança alimentar e nutricional de STP	Aumentar de uma forma sustentável a produção, produtividade e o rendimento dos setores agrícola e pesqueiro.	<i>Desenvolvimento infraestruturas:</i> ▪ Desenvolvimento de sistemas de irrigação ▪ Construção de bacia de captação de água ▪ Reabilitação e manutenção de estradas rurais Infraestrutura de produção, processamento e suporte de marketing ▪ Estabelecimento e monitoramento de

	dispositivos de agregação de peixes
	▪ Construção e reabilitação de mercados de peixe ▪ Equipamento de cadeia de frio ▪ Criação de sistemas de controlo de erosão costeira
	<i>Desenvolvimento capacidades</i>
	▪ Fortalecimento do MADR (estatísticas, monitoramento-avaliação, irrigação, etc.) ▪ Modernização, segurança, atualização para os padrões do CIAT ▪ Apoio para a capacitação do CATAP ▪ Treinamento direcionado para vários agentes DGP e MADR
	<i>Gestão do projecto</i>
	▪ Atualização do sistema contábil e manual de procedimentos ▪ Atividades de gestão, monitoramento-avaliação e comunicação ▪ Auditoria anual de contas ▪ Avaliação de impacto e revisão intermediária ▪ Relatório de Conclusão de Banco e Governo

- Além de disso, foram realizados trabalhos de construção de terraços nas comunidades de Bom Sucesso, Saudade e Ribeira Funda, incluído plantação e compostagem, tendo resultado no fabrico de aproximadamente 350 Kgs de Composto Orgânico.
- A difusão de informações no meio rural teve lugar através da edição e difusão de 10 Edições do Programa Televisivo “TÉLA NON CU OMALI NON”,
- No quadro dos trabalhos para reforçar o sistema de monitoria, destacam-se os progressos registados nos trabalhos preparatórios para realização do III Recenseamento agropecuário, financiado pela União Europeia, no quadro do projeto de apoio às fileiras agrícolas, e a assistência do PAM para a formular uma base de dados de registo dos produtores e transformadores, assim como disseminação de informações de produção e preços.
- No que respeita à fiscalização das parcelas agrícolas, foi constituída uma comissão técnica que reflectiu sobre a questão e elaborou um regulamento sobre a inspeção e fiscalização de terras agrícolas, documento este submetido para o Conselho de Ministros, para discussão e aprovação. Simultaneamente, foi também submetido ao Conselho de Ministros um memorando que reflete as intenções do Ministério da Agricultura sobre assuntos concernentes a fiscalização das parcelas abandonadas e a sua realocação.
- Deu-se continuidade à capacitação dos agricultores de diversas comunidades no domínio de fabrico de composto orgânico, assim como o uso correto dos pesticidas e dos

Equipamentos de Proteção Individual (EPIs). No que concerne ao fabrico e uso de adubos orgânicos, foram distribuídos esterco de animais aos agricultores, como matéria prima para o fabrico de composto orgânico;

- Realizadas formações nos domínios de transformação dos produtos agrícolas, produção de biogás e boas práticas agrícolas, além de formação de liderança, associativismo, gestão de conflitos, boas práticas de higiene na transformação, preparação do solo, e capacitação no domínio de culturas alimentares e suinicultura.
- No Centro de Aperfeiçoamento Técnico Agropecuário (CATAP) foram realizados vários cursos de curta duração em matéria de gestão de parcelas agrícolas, irrigação e gestão de água na agricultura, proteção de plantas e uso de fitofármaco e produção em Estufa. O conteúdo da formação abrange as tecnologias agrícolas e conceito de desenvolvimento ligados as seis especialidades, incluindo culturas alimentares e hortícolas, biogás, criação de animais, medicina veterinária e processamento de alimentos animais.

Tabela 24 - Formações realizadas no CATAP

	2019
Nº de formação realizadas	92
Beneficiários	1.414 agricultores

- No âmbito do Projeto Regional de Infraestruturas de Qualidade e de África Central (PIQAC), o CIAT acreditou o seu laboratório na modalidade de Laboratório de Ensaio, o que permitiu o acesso para outras acreditações via “extensões”. Foram também elaborados o Plano de Ação para o laboratório e o Manual de Gestão e Qualidade. Encontra-se em curso a reapreciação do Decreto nº 32/2000, sobre a comercialização e qualidade do cacau, tendo em conta as alterações das normas internacionais sobre a qualidade do cacau.
- Com o propósito de se atualizar a Carta dos solos Agrícolas, foram realizadas as seguintes atividades: i) Importação de reagentes e materiais para a realização das análises de mais de 500 amostras de solo colhidas tanto em São Tomé como no Príncipe; ii) Formação na classificação de solos – a realização desta atividade decorrerá em dezembro de 2019; iii) Formação em Espectrometria de Absorção Atómica - aguarda-se pela resposta dos laboratórios contactados.
- Relativamente a Segurança Alimentar, o CIAT recebeu 846 amostras diversas para

análise, tanto química, microbiológica e entomológica e emitiu os respetivos certificados. Concernente a Culturas registou-se os seguintes:

Cacau	Realizadas mais de 19.000 polinizações e distribuídas mais de 6000 plantas de cacau melhoradas, para além da venda de cápsulas de cacau híbrido como de amelonado. Fez-se o seguimento das plantações de híbridos em roça nova e diogo vaz;
Pimenta	Concluído o estudo das principais pragas e doenças da pimenteira nos diversos membros da CEPIBA. Está em curso a abertura de um terreno para a instalação de um campo experimental de pimenta no CIAT;
Citrinos	Realizado um inquérito epidemiológico aos citrinos em São Tomé e Príncipe, para se conhecer as possíveis causas da mortalidade dos citrinos. Ainda não são conhecidos os resultados deste inquérito;
Café	Continuou-se com a experimentação do combate a broca do fruto através da colocação das armadilhas com metanol;
Hortícolas	Iniciou-se o inquérito ento-fitopatológico nas diferentes zonas produtivas de São Tomé e em 2020 dar-se-á início na RAP, com o objetivo de se traçar um alerta precoce para a prevenção de pragas e doenças ao longo do ano;
Culturas alimentres	Foram semeados cerca de 4 hectares de milho e cerca de 1 hectare de mandioca e batata doce para a produção de estacas e ramos respetivamente. Neste momento está em curso a montagem de uma pequena estufa para dar-se início a preparação de técnicas e de técnicos para a produção de sementes de hortícolas. Aguarda-se a receção de mais 2 estufas para o mesmo efeito.

Pesca

Neste domínio destacam-se como principais realizações, as seguintes:

- Elaborada a Estratégia de Transição para a Economia Azul em São Tomé e Príncipe.
- Atualizada a legislação pesqueira, PSMA e outros regulamentos;
- Emissão de certificados de remessas de pescado para o exterior.
- Seguimento do concurso público para importação dos materiais de pesca artesanal pelo CIEM- Fundo Governo;
- Elaborado um plano de distribuição de materiais de pesca, baseado na concessão de

créditos aos pescadores artesanais.

- Elaborado o projeto do centro experimental de aquacultura em água doce em Monte Café, incluindo o croqui arquitetónico, orçamento, estudo de viabilidade económica e impacto ambiental, além de se ter efectuado o lançamento do concurso para construção de algumas infraestruturas prioritárias do centro.

Tabela 25 - Matriz de política públicas das pescas

<i>Objectivo geral</i>	<i>Eixo</i>
Aumentar a produção para melhorar a segurança alimentar e aumentar os rendimentos através de uma exploração sustentável e conservação dos recursos haliêuticos	Reforço do quadro legislativo e judicial
	Reforma das estruturas organizativas e do quadro institucional
	Desenvolvimento da pesca artesanal
	Melhoria do abastecimento do mercado interno
	Promover a exportação para mercados regionais e para a CE
	Luta contra a pesca ilegal, não declarada e não regulamentada (INN)
	Melhorar o conhecimento e gestão dos recursos
	Protecção do ambiente marinho e costeiro

Fonte: Eixos estratégicos do Plano Director das Pescas 2010-2025

- No quadro dos trabalhos para reforçar a monitoria do sector pesqueiro, foram formados inquiridores e supervisores para coletas de dados. Deste modo, foram efectuadas coleta de dados nas comunidades de desembarques. Estes dados foram consolidados e tratados, traduzindo assim, o esforço de pesca na zona sul, elaborado o boletim estatístico e publicados os resultados do Inquérito nacional da pesca artesanal. Foi também realizada a IIª Edição da semana nacional das pescas “Pesca vetor do desenvolvimento da economia azul”;
- Relativamente à fiscalização de atividades piscatórias da zona económica exclusiva, o Projeto Embarque de Observador a bordo, em parceria com os armadores beneficiários de licenças de pesca extra-UE, foram efectuadas operações de fiscalização para controlar as atividades piscatórias nos navios, para combater a pesca ilegal.
- Os inspetores da Direção das Pescas integraram as patrulhas na Zona Económica Exclusiva (ZEE), realizada conjuntamente com a cooperação portuguesa, no quadro do protocolo assinado com a Guarda Costeira.
- No quadro do Projeto de melhoria das condições higiénicas e sanitárias dos produtos de pesca, obteve-se melhorias na operacionalidade dos serviços de inspeção e controle

sanitário das pescas, através de formação de inspetores sanitários, sensibilização dos agentes de pesca sobre a melhoria das condições higiénico-sanitárias, manuseamento e armazenamento do pescado nos locais de desembarque.

- Elaborado os termos de referência para construção do cais de desembarque da pesca semi-industrial em Diogo Nunes, incluindo identificação do local, levantamento batimétrico, desenho do projeto, o croqui arquitetónico e orçamento.
- Concluídas as obras dos mercados de peixe de Guadalupe e de Trindade e realizados expedientes junto ao PRIASA, para o inventário dos agentes que manipulam o pescado.
- Finalização da revisão do Acordo de Parceria de pesca STP/EU;
- Revisão do Acordo de Pesca com Associações dos Atuneiros Espanhóis-AGAC.
- Foram revitalizadas associações de pescadores/palaiês, através do reforço das equipas de acompanhamento, culminando com a cedência de materiais e equipamentos diversos (Arcas, botes de fibra, Praos, secador solar, motor fora de bordo, fornos, moto carinhas, canoas, malas térmicas, coletes salva-vidas, GPS, etc.) às associações de Praia Melão, Micolo, Porto Alegre, Angolares, Neves, Santa Catarina, Morro Peixe, Santana, Praia Burra, Abade, Seca e Santo António.
- Por outro lado, foi também inaugurado o Centro de transformação de pescado em Malanza e aguarda-se pelo apetrechamento do mesmo para se iniciar as atividades, que, por seu lado, irá contribuir para a melhoria do rendimento das palaiês locais. De igual forma, foram requalificadas as sedes das associações de pescadores, pelo que se estima. Ainda nesse domínio, foram postos à disposição das associações nas respetivas lojas para comercialização: 5 botes de fibra de vidro Kaiê Kl, materiais de pesca (fios, anzóis, redes, cabos, boias, chumbos, etc), coletes salva-vidas, GPS, malas térmicas. De igual modo, foram construídas e equipadas, com materiais e equipamentos, às sedes de associações em Neves, Porto Alegre, Praia Melão e Angolares, assim como, executado o programa de reforço de capacidades de manuseamento e conservação de pescado e segurança marítima.

Floresta e gestão sustentável dos recursos

O sector de florestas tem em curso várias iniciativas de conservação da biodiversidade.

Tabela 26 - Projectos no setor de floresta

Designação	Objectivos	Financiador
Gestão Sustentável das Terras Agrícolas (GSTA) fase II	Restauração e manutenção de 200 ha de florestas secundárias e de sombra em diversas comunidades do país	PNUD
Sistemas Agroflorestais em terras degradadas em São Tomé e Príncipe e desenvolvimento de produtos florestais não lenhosos (Tesouro d'Obô)	Contribuir para a redução da pobreza, garantindo segurança alimentar, nutricional e agricultura sustentável;	União Africana
ECOFAC 6	Criar um modelo de gestão para autossustentabilidade do Parque	União Europeia em parceria com Ongs
Gigantes da floresta	Salvar o caracol gigante de São Tomé (Desenvolver um sistema de reprodução do Búzio de Obô para proporcionar o aumento da espécie em via de extinção)	FAO
Gestão participativa para a redução da desflorestação e degradação florestal no PNOT (Obô Carbono)	Contribuir para o desenvolvimento do processo REDD+ em São Tomé e Príncipe;	FAO
Restauração da paisagem para a funcionalidade do ecossistema e mitigação das mudanças climáticas em São Tomé e Príncipe	Promover a restauração e a gestão sustentável dos ecossistemas florestais de São Tomé e Príncipe para reduzir as emissões de carbono provenientes da desflorestação parar e reverter a degradação da floresta e do solo	FAO

Neste ano, foi submetida à aprovação do Conselho de Ministros uma proposta de Decreto-Lei para melhorar a operacionalidade do sistema de controlo e fiscalização dos produtos florestais. Ainda no âmbito dos esforços para promover a conservação das florestas, deu-se continuidades as ações de produção de mudas florestais de valor comercial, alimentar e paisagístico, assim como efectuou-se ações de controlo, fiscalização e sensibilização. Neste âmbito, foram realizadas 110 patrulhamentos de fiscalização, tendo sido apreendido aproximadamente 1.850,5 m³ de materiais diversos e 43 motosserras, como também realizadas 727 vistorias, resultando em 1043 autorizações de abates, e 948 guias de transporte;

17.800 mudas florestais foram produzidas e distribuídas. 10.036 m³ de madeira de diferentes espécies obtiveram autorização para serem transportadas de São Tomé para a RAP.

Teve início também no âmbito do projeto «Tesouros d'Obô», trabalhos no terreno para a criação de florestas comunitárias nas comunidades de Abade, Plancas I e Saudade, enriquecimento das áreas cacauais com espécies florestais, frutíferas e de sombra (240 ha) e o envolvimento de 12 comunidades (Brigoma, S. Adelaide, Manuel Carroça, Bernardo Faro, Caudino Faro, Agripalma, Ridorinho, Monte Macaco, Plancas1, Plancas II, Laranjeira e Maianço) na atividade de plantio das árvores. Por outro lado, convém frisar que no âmbito do

projeto Gigante de Obô, está em curso ações para a proteção e aumento da população de búzio de Obô;

Tabela 27 - Matriz de políticas públicas florestal

Objectivo geral	Eixo	Objectivos estratégicos
Promover a contribuição do sector florestal e da biodiversidade para o desenvolvimento sustentável do país, através da preservação, conservação, desenvolvimento e utilização racional das florestas e seus recursos para benefício das gerações presentes e futuras.	Coerência e Coordenação na Implementação da Política Florestal Nacional	Adoptar uma política para o sector florestal em São Tomé e Príncipe
	Desenvolvimento da Gestão Sustentável dos Recursos Florestais e Agro-florestais	Fomentar a Gestão e Manejo Sustentável das Florestas Secundárias.
		Promover a gestão e manejo sustentável das florestas de sombra, na perspectiva de um Sistema Agro-florestal.
		Desenvolver a conservação e a gestão sustentável das Savanas, das Florestas Tropicais Secas e Abertas, e dos Mangais.
		Reforçar a participação de todas partes intervenientes, sobretudo os grupos vulneráveis da população na gestão das florestas.
	Monitorização das florestas e combate ao abate ilegal de árvores	Desenvolver os Serviços Permanentes de Inventário Florestal Nacional e de Monitorização das Florestas.
		Reduzir a ocorrência de abate ilegal de árvores e a incidência da utilização de motosserras no processamento da madeira nas florestas.
	Fomento da economia florestal e da indústria madeireira	Melhorar a contribuição do sector florestal para o desenvolvimento económico e o bem-estar da população.
		Promover a indústria de serração da madeira.
	Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica.	Promover a conservação e a utilização sustentável da diversidade biológica
		Assegurar o acesso e a partilha justa e equitativa dos benefícios decorrentes da utilização dos recursos genéticos e dos conhecimentos tradicionais associados.
		Promover formações em matéria florestal e biodiversidade no país.
	Formação, Pesquisas e Desenvolvimento de Conhecimentos	Fomentar pesquisas e desenvolvimento de conhecimento no sector florestal.
	Informação, Educação, Comunicação e Sensibilização	Reforçar o desenvolvimento da mentalidade e consequentemente a mudança do comportamento do grande público são-tomense, pela conservação e gestão sustentável dos recursos florestais e da biodiversidade.

Fonte: Plano de desenvolvimento florestal 2018-2030, 2018

No quadro do reforço de capacidade institucional, o projecto PRIASA II desenvolve atividades com vários parceiros da sociedade civil (MARAPA, ZATONA ADIL, CONSÓRCIO ALISEI/QUÁ TELA, ADAPPA, ALISEI), no domínio da aquisição de utensílios para cantinas escolares, reabilitação de casa de banho das escolas de intervenção do projeto, apoio à Associação Qua Ihé, da Região Autónoma do Príncipe (RAP), equipamentos para Qua Ihé, requalificação do espaço Qua – Tela, distribuição de cartazes e folhetos, visita de seguimento de Infraestruturas dos Mercados e apoio operacional à criação, estruturação e seguimento de associações das palaiês e pescadores. Foi também financiado ações de capacitação e sensibilização nos domínios seguintes:

Tabela 28 - Eventos de formação, sensibilização e advocacia

Designação	Data	Organização
Realização da campanha de sensibilização para o empoderamento económico das mulheres, em 10 comunidades de intervenção do PRIASA II		PRIASA II
Promoção da integração e a organização das mulheres nas atividades de produção de transformação e comercialização de produtos agrícolas, florestais e pesqueiros		PRIASA II
Feira das Mulheres São-Tomenses intitulada: “Mulher na Vanguarda em São Tomé e Príncipe” Rumo ao desenvolvimento, cujo lema “Uma sobe puxa outra” rumo ao desenvolvimento económico de São Tomé e Príncipe		PRIASA II
Acompanhamento da implementação do plano anual de associações e outras atividades de apoio ao bom funcionamento dessas organizações;		PRIASA II
Sensibilização da população através de palestras e atividades interativas (2 sessões) sobre a contribuição financeira para o fundo de maneio, manutenção e reabilitação de estradas		PRIASA II
Acompanhamento e avaliação do recebimento da contribuição financeira ao fundo de gestão, manutenção e reabilitação de estradas		PRIASA II

Formação em gestão de negócios para os beneficiários da estufa tradicional		PRIASA II
Formação de tesoureiros e membros do conselho de acompanhamento na área de gestão financeira, envolvendo uma média de 5 associações		PRIASA II
Sensibilização aos membros não diretivos das associações nas organizações associativas		PRIASA II
Campanha de conscientização sobre higiene, saneamento e conservação das escolas		PRIASA II
Campanha de sensibilização sobre: “Higiene coletiva e individual e a conservação da escola”, acompanhada com a distribuição dos materiais de sensibilização;		PRIASA II
Capacitação dos agricultores sobre temas que garantam o desenvolvimento de uma agricultura sustentável, reduzindo ao mínimo os impactos negativos no meio ambiente		PRIASA II
Acompanhamento técnico dos agricultores e sensibilização: acompanhamento técnico das atividades hortícolas nas estufas e nos abrigos		PRIASA II
Parcelas demonstrativas: Horto escolar: aquisição e distribuição de sementes, matérias vegetais e de trabalho		
Viagem de estudo para os transformadores ao Burkina Faso		PRIASA II
Feira de empoderamento das mulheres em parceria com o INPG		PRIASA II
Feira de promoção dos produtos		PRIASA II
Feira alusivo a dia das mulheres		PRIASA II
Sensibilização para valorização e consumo de produtos locais		PRIASA II
Visita de Intercambio entre as Comunidades		PRIASA II
Visita de sensibilização, sobre boas práticas de manuseamento do pescado		PRIASA II

Formação sobre manuseamento, tratamento, transformação, conservação; e comercialização de pescado		PRIASA II
Formação Sobre Salga e Secagem do pescado		PRIASA II
Formação sobre Gestão do Pequeno Negócio		PRIASA II

No quadro do reforço da capacidade da Direção de Pecuária para apoiar o desenvolvimento do subsector, foi reforçado o programa de cruzamento de raças suínas importadas com as locais e o programa de inseminação artificial. Deu-se continuidade com a distribuição de porcos, de Kits veterinários e de ração aos criadores agrupados em associações /cooperativas (a crédito), tendo-se estendido esta ação a Região Autónoma do Príncipe. Ao nível sanitário, foram realizados inquéritos epidemiológicos, além de ter-se realizado uma campanha de vacinação e desparasitação dos animais, bem como da castração de cães.

Neste âmbito, regista-se ainda o fortalecimento de pequenas iniciativas artesanais de associação das mulheres transformadoras de derivados de suínos para produção de chouriço de sangue, embora ainda se desconheça as quantidades.

Turismo

As prioridades no sector de turismo, definadas no Plano Estratégico do sector são:

1. Qualificação da oferta ao nível das infraestruturas atuais e a desenvolver; sensibilização da população para o turismo; formação dos recursos humanos;
2. Desenvolver a atratividade do destino – através de uma lógica de complementaridade da oferta com produtos alinhados de acordo com os mercados-alvo;
3. Alcançar os mercados-alvo mais adequados à oferta do destino – trabalhar com os canais de distribuição a fim de alcançar esses mercados;
4. Desenvolver parcerias com stakeholders numa lógica de marketing colaborativo – no sentido de se maximizarem os esforços de marketing para obter os melhores resultados para o destino.

Tabela 29 - Matriz de políticas públicas de turismo

Objectivos estratégicos	Objectivos específicos:
Preparar São Tomé e Príncipe para o turismo, numa lógica sustentável, com impactos positivos no desenvolvimento local;	• Garantir o crescimento sustentado da economia; • Promover a inclusão social e o emprego; • Promover a proteção do ambiente e dos recursos naturais; • Defender o património, a diversidade e os valores culturais; • Fomentar a compreensão mútua e a segurança.

Alavancar a notoriedade de São Tomé e Príncipe enquanto destino turístico;	• Definir o posicionamento estratégico do destino São Tomé e Príncipe; • Transformar os recursos naturais e patrimoniais em produtos turísticos; • Aumentar o conhecimento e reconhecimento internacional de São Tomé e Príncipe e estimular a procura dos mercados com maior potencial de desenvolvimento; • Aumentar o grau de satisfação com a qualidade do destino (agentes turísticos, população residente e visitantes); • Aumentar o fluxo de visitantes.
Melhorar a qualidade da experiência do visitante;	• Melhorar a qualidade do serviço turístico nas suas várias vertentes; • Sensibilizar as comunidades para a importância da atividade turística no país e para a importância do seu contributo enquanto anfitriões do destino.
Melhorar o desempenho do turismo;	• Aumentar o RevPAR; • Aumentar a taxa de ocupação; • Aumentar a estada média; • Aumentar o gasto médio do visitante; • Aumentar o fluxo de visitantes; • Diminuir a sazonalidade.
Contribuir para a preservação dos espaços naturais e culturais.	• Aumentar o grau de satisfação com a qualidade ambiental no destino; • Contribuir para o levantamento das necessidades na criação e manutenção de reservas naturais; • Contribuir para o levantamento das necessidades na proteção de recursos histórico-culturais.

Fonte: Plano estratégico e de marketing para o turismo (2017)

Neste eixo destacam-se como principais realizações, as seguintes:

- Encontra-se em execução o Estudo de viabilidade e Assistência Técnica para a criação do Instituto de Turismo de São Tomé e Príncipe.
- A adequação do quadro legal para a transformação da atual estrutura da Direção do Turismo num Instituto de Turismo.
- 23 jovens foram selecionados para beneficiarem de formação na área de Turismo e Hotelaria na ilha da Madeira.
- Realizada campanhas de sensibilização junto à sociedade sobre a importância do turismo para o desenvolvimento do país, “Turismo é de todos”.
- Foi rubricado o protocolo “Programa Revive” com a cooperação portuguesa para criação de programa de recuperação de roças e edifícios históricos de STP, ligados a presença portuguesa. Importa frisar que, para além da Roça Diogo Vaz, foram identificadas pelo Programa mais sete antigas roças de cacau e café de São Tomé e

Príncipe, que deverão ser recuperadas e conecionadas ao sector privado, nomeadamente: Roça Agostinho Neto, Bela Vista, Porto Alegre, Amparo II, Monte Café, Água Izé e Vista Alegre.

- Criado o Comité de Gestão da Escola de Turismo em S. Tomé e identificado um espaço para a sua instalação.
- Como tem sido prática ao longo dos anos, STP tem participado em diversas feiras internacionais para divulgar o país pelo mundo e alavancar a sua notoriedade enquanto destino turístico. Em 2019, não foi diferente, o país fez-se presente nas feiras internacionais de Lisboa (BTL) e de Berlim (ITB).

Água e saneamento

A Estratégia Participativa para a Água e Saneamento (EPAS) para 2030, elaborada em 2009 e adoptada em 2012, é o documento de política de referência do sector e definiu como meta, até 2020, alcançar uma cobertura de 80,5% de acesso à água potável e de 76,7% de acesso a saneamento em todo o país.

A planificação e o investimento são orientados por um Plano Director de Água e Saneamento (PDA), actualizado em 2010 e por um Quadro de Despesa de Médio Prazo (QDMP) sectorial, elaborados em 2012, com apoio da União Europeia.

Tabela 30 - Matriz de políticas públicas de água e saneamento

Eixos Estratégicos	Objectivos
P1 - Política e Instituições	Dotar o País de instrumentos jurídicos e legais para o sector da água e saneamento
	Reestruturar e fortalecer o quadro institucional existente
P2 - Gestão Integrada de Recursos Hídricos	Caracterizar os recursos hídricos do país
	Alocar e garantir de forma sustentável água para todos os sectores
	Assegurar a equidade e igualdade entre mulheres e homens na gestão integrada dos recursos hídricos.
P3 - Infra-estruturas	Garantir o acesso a água para todos os usos
	Melhorar a qualidade da água visando a redução de doenças de origem hídrica

	Aumentar o acesso ao saneamento básico
P4 - Educação, Capacitação e Sensibilização	Garantir a existência de pessoas capacitadas para gerir os RH
	Garantir a Mudança do comportamento das pessoas face à gestão da Água e Saneamento

Fonte: Estratégia Participativa de Água e Saneamento, 2010

Relativamente ao primeiro eixo estratégico “Política e Instituições”, no quadro do objectivo 1.1, foi realizado um atelier em Junho de 2019, onde foi apresentado para discussão pública e validado o estatuto orgânico e o regulamento interno da entidade gestora das águas de São Tomé e Príncipe. No mesmo ano, foi aprovado pelo Conselho de Ministros os diplomas que regulamentam a institucionalização da Entidade Gestora da Política Nacional da Água, seguida da respectiva submissão à Presidência da República para promulgação.

Relativamente ao objectivo 1.2, do mesmo eixo, regista-se a ampliação do quadro de financiamento do sector, expressa na decisão governamental de alocar prioritariamente recursos petrolíferos para o financiamento de projectos sociais e de infraestrutura no sector de água e saneamento. Esta decisão tem como suporte o Diário da República nº25 de 22 de Abril de 2019, a resolução n.º 11/2019 do Governo, que aprova a nova “Metodologia de Financiamento de Projectos Sociais pelas Empresas Petrolíferas no Âmbito dos Contractos de Exploração de ZEE” e elenca (artº nº 4) os projectos de saneamento (b) e infraestruturas (e) entre as áreas prioritárias a serem financiadas por recursos petrolíferos. Ainda no mesmo nível, na sequência da adopção do documento-quadro de monitoria e avaliação para o sector, realizadas em Julho de 2018, foi aprovado em Janeiro de 2019 o documento de monitoria do programa de instalações sanitárias nas escolas e centros de saúde.

Ainda no mesmo ano, foi elaborado o caderno de encargo e iniciado os procedimentos administrativos para abertura do concurso público para contratação de assistência técnica para actualização da Estratégia Participativa de Água e Saneamento.

Os trabalhos de terreno para recolha de informação, no quadro do *Inquérito aos Indicadores Múltiplos do ano 2019*, teve lugar entre Junho a Setembro 2019, com participação da Direcção da Água na adaptação do questionário de formato standard internacional às circunstâncias particulares de São Tomé e Príncipe, no que se refere ao acesso e qualidade da água e ao saneamento.

Relativamente ao Objectivo 3.1 “acesso à água para todos”, do eixo nº 3 “infraestrutura”, foi inaugurado em Abril de 2019, o sistema de abastecimento de água de Rio Lima, cujas obras

foram financiadas pelo FIDA e incluem dois reservatórios (108 m³ e 7m³) e respectivos sistema de bombagem, para servir os agricultores da cooperativa agrícola CEPIBA (372 beneficiários directos e mais de 1488 indirectos) e a comunidade de Diogo Simão (Mé-Zóchi).

No ano em análise, deu-se início a execução das obras de reabilitação e extensão do sistema de abastecimento de água de Santana e Água-Izé obra financiada no montante de USD 7,5 Milhões (sete milhões e meio) pelo Banco Árabe para o Desenvolvimento Económico em África (BADEA) e no montante de USD 5,18 Milhões (cinco milhões e dezoito mil) pelo Governo de S. Tomé e Príncipe. Fica ainda caracterizado pela conclusão do processo de receção definitiva do projeto do sistema de abastecimento de água de Ribeira Afonso, desenvolvimento da fase de receção definitiva do projeto de abastecimento de água de Neves, bem como da fase de receção provisória do sistema de Rio do Ouro;

Através do Projeto Melhoria do Abastecimento de Água, Infraestruturas e Sensibilização da População de S. Tomé e Príncipe, financiado pelo Fundo Ambiental do Governo português, está em curso mais um ano de assistência, fase 2 com ações principais nas operações de manutenção e cadastro das infraestruturas do setor de água.

Na componente de comunicação e sensibilização, enquadrada no objectivo 4.2 – “Mudança de comportamento” foram realizadas campanhas de informação e sensibilização sobre a água. Em Junho 2019 foram formados 69 técnicos sendo 23 mulheres e 46 homens, membros dos comités de Rio Provaz, Ribeira Afonso e do Rio Papagaio, Líderes comunitários, Técnicos das Autarquias e Região Autónoma do Príncipe (RAP) e Técnicos da Saúde, sobre a gestão dos recursos hídricos (GIRH). Foram realizados ateliers de divulgação da lei dos recursos hídricos em S. Tomé e Príncipe. Essa formação foi ministrada por técnicos da DGRNE em parceria com a ONG Parceria Nacional para Água de S. Tomé e Príncipe (PNASTP). Contou com o financiamento do GEF/PNUD e abrangeu 106 mulheres e 257 homens entre técnicos e sociedade civil.

Tabela 31 - Ações de formação, sensibilização e informação no sector de água e saneamento

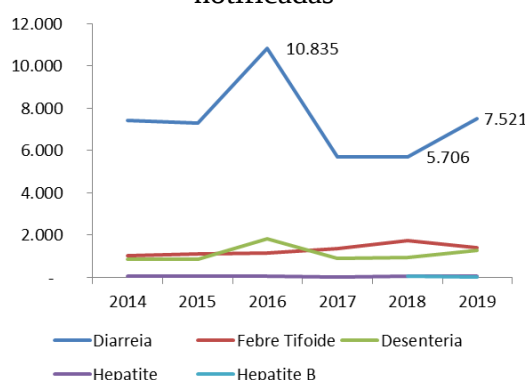
Data	Local	Tema	Organização
Junho 2019	Príncipe	Formação sobre gestão de recursos hídricos e atelier de divulgação da lei dos recursos hídricos	DGRNE PNA GEF/PNUD
05/06/2019	São Tomé	Conferência Internacional sobre Resíduos	CDM, Tese, DGA
20/06/2019	São Tomé	Atelier de divulgação da lei dos recursos hídricos	DGRNE GEF/PNUD.

30/08/2019	São Tomé	Capacitação dos agentes multiplicadores sobre o uso sustentável da água.	DGRNE PNA
02/09/2019	São Tomé	Atelier nacional de formação sobre abordagem do saneamento total	DGA UNICEF
27/11/2019	São Tomé	Workshop para analisar a situação do GIRH no país e identificação de actividades chave para o avanço do GIRH.	DGRNE PNUD/GEF
18/12/2019	São Tomé	Workshop para revisão e aprovação do plano de implementação da GIRH, orçamento, cronograma e mecanismo de coordenação e monitorização;	DGRNE PNA GWP

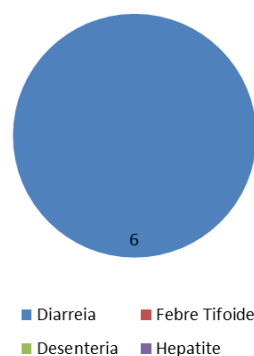
Segundo o Relatório e Contas de 2019 da EMAE, o número de habitações com serviço de abastecimento de água potável cresceu 8,54% passando de 15.005 em 2018 para 15.989 em 2019 com mais 984 novas ligações e a proporção da população abastecida com ligações domiciliárias passou de 30,01% em 2018 (60.020 habitantes) para 30,4% em 2019 (63.956 habitantes) num universo de uma população estimada de 210.591 habitantes.

Segundo o Departamento de Epidemiologia, a Gastroenterite (diarreia) é a enfermidade de veiculação hídrica mais frequente, responsável por 73% das ocorrências notificadas e dos óbitos.

Quadro 8 - Doenças de origem hídricas notificadas



Quadro 9 – Óbitos causados por doenças de origens hídricas, em 2019



Fonte: Departamento de Epidemiologia, Ministério da Saúde, 2020

Não há registo de óbitos associados às outras doenças de origem hídricas (Febre Tifóide, Disenterias e Hepatites).

Energia

Segundo o relatório de Contas da EMAE, 2019, a produção total de electricidade é de

107 883 846 KWh. Este facto, representou um crescimento de 10% em relação ao ano anterior com 9928568 Kwh de produção e representou cerca de 98,8% da produção nacional ao longo do ano de 2019, sendo os restantes 1,2% de produção independente do sector privado. A grande maioria da electricidade produzida pela EMAE provém de origem termoelétrica, (93,5%), restando apenas 5,3% da electricidade da origem hidroeletrica.

Em 2019, a produção da EMAE acresceu 1265314 Kwh da electricidade da origem termoelétrica comprada à RENERGIA, Lda menos 74,6% face ao ano anterior e representou 1,2 % da produção global.

No contexto de outras atividades realizadas, de acordo com as informações do sector de recursos naturais e energia, é de realçar que teve início através da Parceria com o Banco Mundial e o Banco Europeu de Investimento, no âmbito do Projeto de Recuperação do Setor Energético, o Estudo do Mapa Energético (hídrica Solar Eólica Biomassa Florestal e outros energéticos), bem como um Estudo mais amplo de Estratégia e Política de Desenvolvimento das Energias Renováveis. Este projeto apoiará a reabilitação e ampliação da Central Hidroelétrica Contador e a respetiva rede de transmissão.

No que respeita à expansão e acesso à energia em quantidade e em qualidade, concluiu-se o processo de licitação e adjudicação para o fornecimento, montagem, instalação e comissionamento de uma central de emergência com uma capacidade de cerca de 9 MW em regime chave-na-mão a ser edificada na plataforma número três da central de Santo Amaro em S. Tomé, bem como de um grupo de gerador de 900 KVA – 720 KW para a Região Autónoma do Príncipe, financiado pela BP (British Petroleum) e Kosmos Energy.

Respeitante a Transição Energética em S. Tomé e Príncipe, desenvolveu-se um conjunto de ações visando promover investimentos e exploração da rede de aproveitamentos Hidroelétricos, Centrais Fotovoltaicas, Biomassa e outros recursos energéticos pelo setor privado, nacional e estrangeiro, criando as bases para tornar efetivo a concretização dos objetivos nacionais de migrar progressivamente de energia térmica a base de combustíveis fósseis para energias renováveis e limpas.

Quanto às ações tendentes a promoção da Eficiência Energética, deu-se início, o processo de substituição de 450.000 lâmpadas incandescentes e fluorescentes de alto consumo por

lâmpadas LED de baixo consumo dos clientes domésticos, desde que as lâmpadas incandescentes e fluorescentes sejam objeto de trocas para destruição. O propósito desta feita é fazer reduzir o desperdício da energia elétrica e consequentemente o consumo de combustível.

Tabela 32 - Indicadores e metas - Crescimento Económico Robusto e Criação Acelerada de Emprego

Indicador	Referência		Ponto de situação		Meta			Fonte de verificação
	2012	2017	2018	2019	2025	2020	2030	
Cobertura de acesso à água potável	38%					80,5%	100%	EPAS
Potencial hídrico aproveitado (%)			0,047					
Qt água produzida (m3)		14.360.747	15.754.389	16.743.521				Relatório e Contas da EMAE
• Nascente (m3)		10.103.615	11.262.692	11.285.618				Relatório e Contas da EMAE
• Superfície (m3)		4.257.132	4.491.692	5.457.903				Relatório e Contas da EMAE
Qt água perdida na rede (m3)		6.364.438	7.094.508					Relatório e Contas da EMAE
Qt água perdida na rede (%)		44,3	45,0					Relatório e Contas da EMAE
Nº de Estações de Tratamento de Água-ETA's		16	17					Relatório e Contas da EMAE
Nº de reservatórios		32	34					Relatório e Contas da EMAE
Cobertura água tratada (%)		77	34					Relatório e Contas da EMAE
Nº de cliente de água		16.058	17.372	18.440				Relatório e Contas da EMAE
Nº de novas adesões de água		1.224	1.314					Relatório e Contas da EMAE
Investimento afecto à água (STN)		79.784.084	153.143.075	17.956.976				Relatório e Contas da EMAE
Nº de Consumidores de água		16.058	17.372	18.440				Relatório e Contas da EMAE
Cobertura de acesso ao saneamento	30%					76,7%	100%	EPAS
Produção de electricidade (KWh)		109.072.603	102.939.149	109.149.160				Relatório e Contas da EMAE
Perdas no transporte e Distribuição (Mwh)		36.157	34.047	33.658				Relatório e Contas da EMAE
Investimento afecto à electricidade (Dbs)		1.119.487	107.136.870	61.121.268				Relatório e Contas da EMAE
Número de consumidores em alta tensão /Média tensão (Unidades)		15	15	15				Relatório e Contas da EMAE
Número de Consumidores em baixa tensão (Unidades)		43.627	46.328	48.496				Relatório e Contas da EMAE
Índice de Facilidade de Fazer Negócios		44,3	44,7	45			55 ⁹	Banco Mundial, Doing Business Report
Investimento Directo Estrangeiro em % do PIB		8,8	5,1					IMF Staff Report
Taxa crescimento do PIB		3,9	3,0	1,3			10.10	IMF Staff Report

⁹ Pontuação do PALOP melhor classificado no Índice de Facilidade de Fazer Negócio, Ano 2020

¹⁰ Estudos sugerem que o país precisa crescer mínimo de dois dígitos para reduzir a pobreza.

Inflação	7,7	9	7,7	IMF Staff Report
Importação de alimentos em % das importações de mercadorias	29,731	29,212	30,937	Banco Mundial ¹¹
Importação de matérias-primas agrícolas em % das importações de mercadorias	1,631	1,123	1,569	Banco Mundial ¹²
Importações bens de TIC em % do total de importações de bens	4,212	4,039	3,775	Banco Mundial ¹³
Índice de valor das exportação (2000=100)	505,555	534,264	421,658	Banco Mundial ¹⁴
Exportações de alimentos em % das exportações de mercadorias	85,404	74,265	87,758	Banco Mundial ¹⁵
Exportações de serviços comerciais (US \$ corrente)	71.592.694	73.928.168	49.076.186	Banco Mundial ¹⁶
Serviços de viagens e turismo em % das exportações de serviços comerciais	92,109	97,308	90,673	Banco Mundial ¹⁷
Exportações de mercadorias para economias de baixo e médio rendimento da África Subsaariana em % do total das exportações de mercadorias	7,898	8,497	32,648	Banco Mundial ¹⁸
Exportações de mercadorias para economias de rendimento alto em % do total das exportações de mercadorias	88,577	90,607	59,151	Banco Mundial ¹⁹
Exportações de mercadorias para economias de baixo e médio rendimento da Europa e Ásia Central em % do total de exportações de mercadorias	0,13	0,12	1,875	Banco Mundial ²⁰
Exportações de mercadorias para economias do Mundo Árabe em % do total das exportações	0,064	0,113	0,713	Banco Mundial ²¹

¹¹ <https://data.worldbank.org/indicator/TM.VAL.FOOD.ZS.UN?locations=ST>

¹² <https://data.worldbank.org/indicator/TM.VAL.AGRI.ZS.UN?locations=ST>

¹³ <https://data.worldbank.org/indicator/TM.VAL.ICTG.ZS.UN?locations=ST>

¹⁴ <https://data.worldbank.org/indicator/TX.VAL.MRCH.XD.WD?locations=ST>

¹⁵ <https://data.worldbank.org/indicator/TX.VAL.FOOD.ZS.UN?locations=ST>

¹⁶ <https://data.worldbank.org/indicator/TX.VAL.SERV.CD.WT?locations=ST>

¹⁷ <https://data.worldbank.org/indicator/TX.VAL.TRVL.ZS.WT?locations=ST>

¹⁸ <https://data.worldbank.org/indicator/TX.VAL.MRCH.R6.ZS?locations=ST>

¹⁹ <https://data.worldbank.org/indicator/TX.VAL.MRCH.HI.ZS?locations=ST>

²⁰ <https://data.worldbank.org/indicator/TX.VAL.MRCH.R2.ZS?locations=ST>

²¹ <https://data.worldbank.org/indicator/TX.VAL.MRCH.AL.ZS?locations=ST>

de mercadorias.				
Exportações de mercadorias para economias de baixa e média renda dentro da região (% do total das exportações de mercadorias)	7,898	8,497	32,648	Banco Mundial ²²
Exportações de mercadorias para economias de baixo e médio rendimento na América Latina e Caraíbas, em % do total das exportações de mercadorias.	1,849	0,396	6,252	Banco Mundial ²³
Receitas fiscais em % do PIB	12,7	12,8	12,6	IMF Staff Report
Donativos em % do PIB	10,5	8,5	6,5	IMF Staff Report
Despesas correntes em % do PIB	15,8	16,7	17,5	IMF Staff Report
Défície primário em % do PIB	-2,4	-4,2	-1,8	IMF Staff Report
Despesas de capital em % do PIB	11,7	9,2	4,9	IMF Staff Report
Despesas de capital financiadas pelo Tesouro em % do PIB	0,7	1,4	0,1	IMF Staff Report
Dívida pública em % PIB	84,3	96,2	97,7	IMF Staff Report
Saldo da Balança comercial em % do PIB	-29,8	-28,1	-26,624	IMF Staff Report

²² <https://data.worldbank.org/indicator/TX.VAL.MRCH.WR.ZS?locations=ST>

²³ <https://data.worldbank.org/indicator/TX.VAL.MRCH.R3.ZS?locations=ST>

²⁴ Estimativa FMI, 2021

Decorrente dos factores conjunturais e estruturais da economia santomense, as condições macroeconómicas continuam a representar um desafio²⁵. Embora a inflação tenha abrandado, os indicadores apontam para uma desaceleração persistente da actividade económica em 2019. A importação de bens de investimento caiu e as exportações contraíram. A escassez do combustível em meados de 2019 também pesou na economia. Ainda que se tivessem situado acima do ano passado, as receitas fiscais de 2019 ficaram significativamente aquém do programado. Além disso, o stock da dívida interna do Governo à empresa de telecomunicações CST e à empresa estatal prestadora de serviços públicos EMAE, aumentou o seu valor.

²⁵ <https://www.imf.org/pt/News/Articles/2019/11/14/pr19416-sao-tome-and-principe-imf-staff-concludes-visit>

Eixo III- Melhoria da Qualidade Educação, Saúde e Proteção Social

As políticas sociais, sobretudo em contexto de pobreza, são os investimentos mais estratégicos que os Estados podem fazer no crescimento económico e bem-estar social, porque são elas que determinam no longo prazo a qualidade e competitividade do capital humano.

O presente eixo contempla programas, medidas e ações nos domínios de política social, designadamente educação, saúde e proteção social.

Educação

Para se atingir os objectivos específicos deste domínio, foram adotadas várias medidas nas Grandes Opções do Plano (GOP) do ano 2019.

No quadro da medida, *ampliar a oferta da educação pré-escolar a todas as crianças dos quatro e cinco anos, em 2019*, vários projectos foram implementados para Garantir, de maneira gradual e sustentável, o acesso a uma educação e ensino de qualidade de 2 anos designadamente, 6312-*Construção de Jardim de Infância na Trindade*, 6471-*Construção do Jardim em Planca II*, 6472-*Construção do Jardim de Infância em Monte Macaco*, 6473-*Construção de Jardim de Infância na Ribeira Peixe*, 3835-*Construção de Jardim de Infância em Santarém*, em Bobo Forro e na Milagrosa. No quadro dos três primeiros projetos acima referidos, foram feitos lançamentos da 1ª pedra para a construção do jardim de infância na cidade da Trindade; Realizado o levantamento do espaço físico e elaborado o projecto para a construção do jardim de infância em Planca II e Monte Macaco. Os projetos de Construção de Jardim de Infância na Ribeira Peixe e de Construção de Jardim de Infância em Santarém foram construídos e procederam à inclusão dos alunos nos estabelecimentos escolares. Essa inclusão, permitiu o descongestionamento de pelo menos 40 alunos para cada 1 das 3 salas em Ribeira Peixe e descongestionamento de pelo menos 40 alunos para cada 1 das 5 salas em Santarém, assegurando desta forma a acessibilidade dos alunos aos estabelecimentos de Ensino e a retenção dos mesmos nas suas respetivas comunidades. Relativamente às construções de Bobo Forro e de Milagrosa, é de referir que as mesmas se encontravam na fase de conclusão.

Tabela 33 - Matriz de política pública educativa

Objectivo geral	Objectivo específico	Programa
Garantir o acesso a uma educação e formação equitativa, inclusiva, inovadora e de qualidade, da Pré-Escolar ao Ensino Superior, que promovam o desenvolvimento do capital humano.	Garantir, de maneira gradual e sustentável, o acesso a uma educação e ensino de qualidade de 11 anos (2 anos de Pré-escolar e 9 anos do Ensino Básico), universal, gratuito (tendencialmente gratuito) e obrigatório para as crianças	<i>Educação Pré-escolar</i> Objetivos: 1) Aumentar o acesso universal, obrigatório, inclusivo, equitativo e gratuito às crianças santomenses (4-5 anos) à Educação Pré-escolar 2) Proporcionar às crianças santomenses uma Educação Pré-Escolar de qualidade com o desenvolvimento das competências básicas que as preparem para a vida e para o nível subsequente <i>Ensino Básico</i> Objetivos: 1) Reduzir as taxas de insucesso dos alunos do Ensino Básico 2) Melhorar a aprendizagem dos alunos do Ensino Básico 3) Garantir a igualdade de oportunidade a todos os alunos, independentemente da zona de residência, do nível de vida das famílias e do género
	Promover, de maneira gradual e sustentável, a expansão do Ensino Secundário e Técnico Profissional de qualidade e diversificada, que permita aos jovens prepararem o seu futuro, seja pelo acesso ao Ensino Superior, seja pelo ingresso na vida activa	<i>Ensino Secundário e Técnico Profissional</i> Objetivos: 1) Aumentar o acesso no Ensino Secundário e Técnico Profissional 2) Melhorar a qualidade das aprendizagens dos alunos dos Ensinos Secundário e Técnico Profissional 3) Alinhar a oferta de programas de ensino técnico profissional com as necessidades do mercado de trabalho
	Desenvolver uma Educação de Jovens e Adultos que permita elevar os níveis de literacia e de qualificação académica e/ou profissional de públicos que não se enquadram no sistema de ensino regular	<i>Educação de Jovens e Adultos</i> Objetivos: 1) Reduzir o analfabetismo em São Tomé e Príncipe 2) Melhorar o acesso e a qualidade da Educação de Jovens e Adultos (Ensino Recorrente)
	Desenvolver um Ensino Superior de qualidade, integrado e adaptado às reais necessidades do mercado de trabalho santomense, dando prioridade à formação realizada no país	<i>Ensino Superior</i> Objetivos: 1) Aumentar, de forma regulada, o acesso ao Ensino Superior, assegurando condições de equidade 2) Melhorar a qualidade do Ensino Superior e a adequação da formação às demandas do mercado de trabalho nacional e internacional e às necessidades de desenvolvimento do país
	Implementar uma política consistente e sustentável de formação e gestão docente, pautada por critérios de rigor e exigência,	<i>Formação e Gestão dos Docentes</i> Objetivos: Promover a valorização e a qualidade do desempenho docente 2) Melhorar a formação e a eficiência da gestão do corpo docente

de forma a responder aos desafios da qualidade e da eficiência do sistema educativo;

Promover o desenvolvimento de mecanismos institucionais para uma gestão eficiente do sistema educativo santomense

Gestão eficiente do sistema educativo e desenvolvimento de capacidades institucionais

Objetivo: 1) Melhorar a eficiência do sistema educativo e as capacidades institucionais

Garantir a inclusão das crianças com necessidades educativas especiais, proporcionando-lhes condições de acessibilidade, de materiais e apoio pedagógico diferenciados;

Temas Transversais:

a) Ensino Especial Inclusivo,

Objetivo: 1) Assegurar a inclusão no sistema dos alunos com NEE

b) Alimentação e Saúde Escolar

Objectivos: 1) Proporcionar às crianças, do pré-escolar e do Ensino Básico (1o. e 2o. ciclos), uma refeição diária saudável e equilibrada de modo a contribuir para o desenvolvimento físico e cognitivo, melhorando acesso, permanência e sucesso escolar 2) Proporcionar uma Educação de Saúde Sexual e Reprodutiva (SRR) aos jovens santomenses

c) Tecnologia e Inovação

Objectivo: 1) Estimular o uso da Tecnologia e Inovação no processo de ensino-aprendizagem

Desenvolver os mecanismos de planificação e de monitoria e avaliação dos indicadores educacionais e financeiros, no sentido de produzir informações consistentes, que facilitem a elaboração das políticas educativas e a coordenação entre os governantes e os parceiros de desenvolvimento.

Fonte: Carta de Política Educativa 2019-2023

Ampliar a rede das escolas com a oferta de novas salas de aula, constitui uma das medidas implementadas nas GOP para se Garantir de maneira gradual e sustentável o acesso a uma educação e ensino de qualidade do Ensino Básico. Os esforços para se atingir esse objectivo, concentraram na execução de vários projetos com o objetivo de descongestionar a sobrelotação dos alunos por sala e evitar o regime triplo, nomeadamente, a conclusão da escola Básica em São Finícia e das salas de aulas na escola Básica de Diogo Simão, permitindo a melhoria de acessibilidade e permanência dos alunos nas suas comunidades, evitando que alunos se deslocassem às escolas de Bobo-Forro e da Trindade.

De igual modo, os projectos, construção de murro de vedação da escola de Mouro Peixe, construção de Liceu em Cantagalo, reabilitação da escola José Leal Bouças, construção do Liceu em Lobata, construção e reabilitação das infra-estruturas escolares concorreram também para garantir a acessibilidade ao Ensino Básico, assim como o projeto “bolsa escola” de apoio direto às famílias mais desfavorecidas, de modo a assegurar esse desiderato.

No mesmo período, também foram construídas 2 salas de aulas na escola básica Dona Maria de Jesus com objetivo de diminuir o rácio de alunos por turma e melhorar a gestão e organização das salas de aula.

No contexto do Ensino superior, procedeu-se o reforço da capacidade institucional com o objectivo de melhorar a qualidade desse nível de Ensino, com a criação do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior “SNAES-STP”, através do Decreto – Lei nº 02/2019, para acompanhar a qualidade do ensino. Com a criação do SNAES-STP, as tramitações dos processos reguladores da avaliação das instituições e dos cursos passaram a obedecer às disposições específicas do presente Decreto-Lei e demais legislações nacionais, acautelando nomeadamente os princípios de interesse, qualidade, sustentabilidade, transparência, celeridade e eficácia. A implementação desse sistema, permitiu a realização da primeira avaliação externa das instituições do ensino superior.

De igual modo, para se melhorar a qualidade desse nível de Ensino e dar respostas aos compromissos internacionais assumidos pelo país mormente o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável; a Conferência Mundial de Jomtien em Tailândia, o Fórum de Dakar (Educação para todos) e a Conferência Mundial sobre necessidades Educativas Especiais), procedeu-se à revisão e actualização da Carta de Política Educativa 2019-2023.

Ainda no contexto do reforço institucional, pocedeu-se ao levantamento dos diplomas cruciais

do ensino superior e fez-se a revisão dos diplomas já existentes de forma a dotar a Direção de Ensino Superior e Ciência de instrumentos legais que sejam de fácil compreensão, objectivos, consistentes e transparentes para auxiliar nos procedimentos dos princípios do interesse, qualidade, sustentabilidade, transparência, celeridade e eficácia.

O *projeto proximidade escola-família* permitiu a criação e funcionamento de Associações de Pais e Encarregados de Educação - PEE nas escolas e foi implementado também o *3432-projeto Olimpíadas de Matemática* e concurso de leitura com o objetivo de estimular o gosto pela leitura e pela matemática.

Ainda neste nível de ensino, procedeu-se à avaliação das instituições do Ensino Superior, com objetivo de promover a melhoria da qualidade deste nível de Ensino.

No que respeita à formação capacitação técnica e gestão de docentes, foram formados e capacitados professores e técnicos do MEES devidamente certificados, através do programa curricular. É de realçar também que vários projectos foram implementados, designadamente, *6062-projeto de capacitação técnica e institucional* que teve como objetivo garantir igualdade e equidade no acesso e permanência dos alunos sem excepção.

A inclusão das crianças com necessidades educativas especiais, também foi garantida com o projecto Ensino Especial, com a reabilitação e apetrecho das duas salas especializadas destinadas às crianças portadoras de deficiência visual com materiais especializados em espaços escolares dos Distritos de Água Grande e Mé-zochi, e de aprendizagens nas escolas para as crianças com diversas necessidades educativas especiais (surdos, cegos, amblíopes). Essa situação permitiu assegurar as condições de acessibilidade, de materiais e apoio pedagógico poderá elevar a taxa de acesso; igualdade de oportunidades e direitos fundamentais garantidos e propocionou a maior motivação dos Encarregados de Educação, e elevação da auto-estima dos mesmos na Educação das crianças com NEE.

A promoção e desenvolvimento de mecanismos institucionais para uma gestão eficiente do sistema educativo santomense, foi implementado através do projeto capacitação técnica e institucional que teve como objetivo garantir igualdade e equidade no acesso e permanência dos alunos sem excepção nas escolas. Neste contexto, os professores e diretores foram capacitados em matéria de Necessidades Educativas Especiais.

Saúde

Neste domínio, destacam-se como principais realizações em 2019, as seguintes:

- Foram adquiridos medicamentos, consumíveis e reagentes para o sistema de Saúde, para repor o stock e prevenir roptura.
- Concluída a reabilitação e apetrechamento do Edifício do Ministério da Saúde.
- Reabilitada a casa de banho da Pediatria 2 do Hospital Central Doctor Ayres de Menezes, como forma de proporcionar melhor condições hegiénicas e também de saúde aos utentes;
- No âmbito de melhoria de infraesturas foi ampliado e reabilitado o espaço para funcionários do serviço de dermatologia;
- Reabilitado o Centro de Saúde de Micoló, conferindo aos técnicos deste Centro melhores condições de trabalho, e maior acesso ao cuidado de saúde das populações da mesma localidade;

Tabela 34 - Matriz de política de saúde

Visão	Objectivos
melhoria do estado da saúde em São Tomé e Príncipe, com uma cobertura nacional equitativa, tornando-se referência na sub-região do golfo da guiné no horizonte 2030	Melhorar a disponibilidade e a capacitação dos recursos humanos;
	Melhorar a disponibilidade de medicamentos, vacinas e consumíveis de qualidade;
	Ampliar e melhorar a acessibilidade da cobertura geográfica aos serviços de saúde
	Melhorar a sustentabilidade financeira dos serviços de saúde;
	Melhorar a qualidade e a procura de serviços no controlo de doenças;
	Reforçar os hospitais nacionais de referência, investigação e tratamento;
	Informatizar todo o sistema de saúde para melhor controlo e gestão de informação.

Fonte: Plano de Desenvolvimento da Saúde 2017-2021 (2017)

- Foram postos em funcionamento as encineradoras em São Tomé e na RAP;
- Projeto Saúde para Todos assegurou a vinda de missões médicas de especialidade, missões de assistência técnica para manutenção e reparação de equipamentos médicos, fornecimento de medicamentos aos programas de luta contra o VIH/ Sida e

Tuberculose e consumíveis aos Postos de Saúde distritais;

- Foi criado o Gabinete de Oftamologia na RAP, realizada a 7ª jornada de ORL e elaborado o manual de português para crianças com problemas de fala;
- Relativamente ao Centro Nacional de Endemias – CNE, foram realizadas ações que concorreram para a redução de número de casos de Paludismo, através de Pulverização intradomiciliar, distribuição dos Mosquiteiros (PNUD/FG/Cruz Vermelha); Formação dos Agentes associados a técnicas de pulverização; formação dos agentes em busca activa e reforçou-se a instituição com a aquisição de 2 viaturas Pick Up, 50 motorizadas e reforço de combustível para a luta anti-larvar;
- O Projeto de luta contra a tuberculose apoiou pacientes em materia de nutrição e aquisição dos antitubercutostaticos, melhorou o espaço que alberga pacientes, e procedeu ao controlo do HIV – TB;
- No âmbito do Programa Nacional de Luta contra Sida (SIDA), foi feita a avaliação do 1º Semestre; no quadro de Doenças Não Transmissíveis, foram realizados inqueritos STEPS sobre indicadores da Saúde e o tratamento em massa da Geolemintias e Filiariose Linfática (GIBA);
- Como forma de reforço institucional, foi adquirido um hospital móvel e uma viatura.

Tabela 35 - Execução de projectos de saúde

Projectos PIP	Montante Previsto	Montante Executado	%	Fonte de financiamento
Reabilitação de casa de banho de pediatria 2	975.000,00	682.700,00	70%	Japão
Assistência Infantil e Imunização	1.500.000,00	1.239.991,50	83%	Banco Mundial
Obra de Reabilitação do Posto de Saúde de Micoló	3.019.279,21	839.878,32	28%	Japão
Aquisição de Medicamentos e consumíveis de Saúde	35.000.000,00	8.762.595,42	25%	RPC
Aquisição de Reagentes e consumíveis para sistema sanitário	22.000.000,00	331.481,82	2%	RPC
Reabilitação, Instalação e apetrechamento do MS	5.750.000,00	2.793.480,00	49%	RPC
TOTAL	68.244.279,21	14.650.127,06	21,5%	

Fonte: Gabinete de Estudo e Planeamento/ Ministério da Saúde, 2020

Emprego e formação profissional

Neste domínio, destacam-se como principais realizações em 2019, as seguintes:

- Foi aprovado o Código de Trabalho através de Lei n.º 6/2019
- Ainda no quadro do trabalho registaram-se 140 casos de conflitos laborais tendo ficado

solucionado:

Tabela 36 - Indicadores de emprego e formação profissional

	2019
Contratos de trabalho homologados até agosto (cidadão nacional)	194
Contratos de trabalho homologados até agosto (cidadão estrangeiro)	20
Conflitos laborais	140
Soluções	
▪ Pagamento de indemnização	23
▪ Desistência	11
▪ Encaminhados para o Ministério Público	71
▪ Pendentes	35

- No âmbito da formação profissional, foram feitos expedientes para ajustar a oferta formativa às necessidades das empresas.
- No âmbito da política do género, foi criado um sistema de desagregação das informações por sexo, realizadas visitas de seguimento e avaliação às obras de construção das infraestruturas nas comunidades de Caldeiras Saudade, Pedrôma e Claudino Farro, assim como visitas de seguimento às construções de mercados em Guadalupe e Trindade, financiados pelo projecto PRIASA-II, bem como várias ações advocacia e sensibilização, como se detalha a seguir:

Tabela 37 - Ações de advocacia e sensibilização no sector género

Evento	Organização
Seminário de Gestão de Setores Públicos de São Tomé e Príncipe, na República Popular da China, Participação de 2 técnicas no	RPC, INPG
Campanha de sensibilização para o Empoderamento Económico das Mulheres, em 10 comunidades, nomeadamente Água Tomás, Santa Clotilde, Caldeiras, Boa Esperança, Vista Alegre, Saudade, Pedroma, Claudino Farro, Mato Cana, Bernardo Farro, Messias Alves.	INPG, PRIASA
Workshop sobre tema “O papel da Mulher na Educação para Mudança do Comportamento”, Alusivo ao dia 08 de Março	INPG
7 ações de sensibilização nos 6 distritos do país e 1 na Região visando o aumento do uso dos preservativos foram realizadas	INPG, FNUAP
Formação de 10 educadores de pares para realização de ação de sensibilização no terreno (Distritos em S. Tomé e RAP)	Fundo Global, INPG
Palestra, sessão de aconselhamento e despistagem na Comunidade de Anselmo Andrade em São Tomé,	Fundo Global, INPG
Campanha de LAÇO VERDE, sobre os diversos problemas sociais (gravidez precoce, abuso sexual de menores, violência doméstica, alcoolismo, etc);	INPG, Ministério da Justiça, Administração Pública e Direitos Humanos
Conferência Internacional sobre o Empoderamento Económico e Inclusão Financeira das Mulheres “Mulher na Vanguarda em São Tomé e Príncipe”, dia 31 de Julho alusivo ao Dia da Mulher	SNU, FNUAP, INPG

Proteção social

Neste domínio, destacam-se como principais realizações em 2019, as seguintes:

- No quadro da política e estratégia nacional da proteção social de 2014, foi lançado em 2019 o Programa Família para reduzir a pobreza extrema dos agregados familiares, promover o acesso e a utilização dos serviços de educação por parte dos agregados familiares com crianças. O valor de transferência monetária para o programa foi fixado em 600 dobras mensais por agregado familiar, a serem entregues a cada dois meses um valor de 1.200 Dobras.
- Foi também desenvolvido ações no domínio da luta contra o trabalho infantil, o programa de educação parental, prestação de apoio às ONGs parceiras de ação social com o intuito de reforçar a capacidade de intervenção dessas organizações, nomeadamente: Cáritas, Arcar, Associação dos desempregados, Associação Apoio à Vida, Centro de STP da Mulher, Sintappfaaa, ETMAD/Atelier B., Associação Burdão, Associação M. Boa Morte, Cruz Vermelha, Cooperativa Josina Machel, Sagrada Família – RAP, Lar Cotovias (Irmãs Franciscanas), Fundação Novo Futuro, Associação Canablabo, Federação de Xadrez de STP - SEXASTP e Associação de Músicos.
- Ainda dentro do quadro do programa “mães carenciadas”, efetuou-se pagamento correspondente aos meses de Janeiro à Março do ano 2018, no valor de 587.520,00 Dobras (Quinhentas e Oitenta Sete Mil e Quinhentas e Vinte Dobras), um total de 2.570 beneficiários estão abrangidos por este programa, sendo que 60% estão localizados nos dois maiores distritos, Água Grande e Mé-Zochi.
- No âmbito da política de proteção das crianças, foi feita a reabilitação do Centro de Lobata no quadro da atividade de “Apoio a melhorias das condições de trabalho e o funcionamento dos centros de atendimento distritais”, inscrita no Plano de Trabalho Anual acordado entre o Governo de São Tomé e Príncipe e UNICEF, além de ter sido instituída a Comissão Nacional de Coordenação da Execução da Política de Proteção da Criança.

Tabela 38 - Matriz de política de proteção social

Visão	Objectivos estratégicos	Objetivo específico
Estabelecer um sistema de proteção social que proteja de forma efetiva todos os santomenses contra os efeitos negativos dos riscos e vulnerabilidades originários de choques externos ou internos ou inerentes ao ciclo de vida, em especial os mais pobres e vulneráveis como as crianças e que contribua para eliminar a extrema pobreza no país nos próximos dez anos.	Eliminar a extrema pobreza através de transferências monetárias condicionadas para as famílias em extrema pobreza e de ações que facilitem a formação do seu capital humano e do seu acesso aos serviços básicos, dando prioridade às famílias em extrema pobreza com membros portadores de deficiência ou órfãos e famílias em extrema pobreza monoparentais com filhos, através de um sistema harmonizado de intervenções do regime de proteção social da cidadania.	Cobrir a brecha programática existente que deixa exposta ao risco as famílias em extrema pobreza através de uma transferência pecuniária condicionada que reduza seu deficit de rendimento Cobrir a brecha programática existente que deixa expostos os riscos aos jovens, mulheres e chefes de família em extrema pobreza sem emprego ou outras fontes de rendimento, através de um fundo para financiar iniciativas das comunidades. Assegurar o acesso das crianças e idosos mais pobres e vulneráveis aos serviços de saúde, nutrição e educação. Fortalecer os serviços de assistência social e assistência especializada aos grupos mais vulneráveis Aumentar as prestações do programa de pensões sociais e a cobertura às pessoas pobres portadoras de deficiência ou com doenças crónicas que não podem trabalhar e, na medida da capacidade financeira do governo, estender a pensão social a outros grupos da população para estabelecer um piso de proteção social para toda a população.
	Desenvolver e ampliar o sistema sustentável de proteção social obrigatória e contributiva que cubra de uma forma eficaz os riscos da invalidez, velhice e morte para todas as famílias que participem no sistema.	Continuar a fortalecer a gestão administrativa de INSS Aumentar o número de assalariados abrangidos pelo INSS Aumentar a solidez financeira do INSS Aumentar o nível das pensões Aumentar a cobertura do seguro social Aumentar a transparência e melhorar a governabilidade do seguro social
	Promover a empregabilidade e o acesso ao trabalho seguro e digno particularmente entre grupos suscetíveis de não participar no mercado de	Assegurar a prática de trabalho decente e a eliminação da exploração dos grupos vulneráveis, especialmente o trabalho infantil. Promover um trabalho digno para homens e mulheres, especialmente para os jovens.

trabalho como os jovens, as mulheres e as pessoas portadoras de deficiência e eliminar o trabalho infantil.	
Dispor de procedimentos eficientes de gestão da Política e Estratégia Nacional de Proteção Social e dos seus programas incluindo os procedimentos de identificação (focalização), registo de beneficiários, pagamentos, reclamações e seguimento e avaliação.	Contar comum sistema de gestão da informação moderno e eficiente Dotar a Direção de Proteção Social e Solidariedade com um sistema de identificação e seleção de beneficiários efetivo (mecanismo de focalização) Contar com um sistemaharmonizado de registo de beneficiários Contar com um sistema de pagamento de benefícios eficiente, de baixo custo e confiável. Assegurar que todos os programas contam com um sistema de atendimento a reclamações. Assegurar que a DPSS conta com os recursos humanos e materiais para implementar o sistema de proteção social da cidadania eficiente.
Dispor dos mecanismos de coordenação institucional para assegurar o uso eficiente dos recursos disponíveis e a prossecução dos objetivos desejados.	Contar com os mecanismos de coordenação da execução da Política Nacional e Estratégia de Proteção Social. Contar com um sistema de referências aos programas para capitalizar suas complementaridades e gerar sinergias

Fonte: Quadro de política sectorial, Política e Estrategia da Proteção Social, 2014

- Relativamente ao apoio prestado aos sinistrados por incêndio, algumas famílias foram beneficiadas com materiais de construção, tais como tábuas, barrotes, pregos, géneros alimentícios.
- No quadro da implementação do Plano de Acção Nacional de Luta contra o Trabalho Infantil, realizou-se, numa parceria com a OIT, uma mesa redonda alusiva ao Dia Mundial da Luta Contra o Trabalho Infantil.
- Foram capacitados 32 técnicos de diferentes Ministérios com apoio do parceiro OIT, sobre a Integração do Emprego Jovem nas Estratégias e nos Programas Setoriais. Realizado o Atelier de Validação do Estudo sobre a Integração do Emprego Jovem nas Estratégias e nos Programas Setoriais.
- No quadro da terceira fase do Programa de Educação Parental um total de 120 famílias de 15 comunidades dos distritos de Caué, Cantagalo e Lembá foram beneficiadas de 8 sessões de “refresh”, ainda no quadro deste programa 58 mulheres pertencentes ao Programa de Educação Parental tiveram seguimento no âmbito da atividade geradora de rendimento. Com esta atividade, estas famílias passaram a ter atividades duradoras que lhes proporciona um melhor rendimento.

Tabela 39 - Indicadores e metas - Melhoria da Qualidade Educação, Saúde e Proteção Social

	Indicador	Referência	Ponto de situação		Meta		Fonte de verificação
		2017	2018	2019	2023	2030	
Educação Pré-Escolar	INDICADORES DE RESULTADO						
	Taxa líquida de escolarização das crianças de 4-5 anos	78,6%			95%		Carta de Política Educativa 2019-2023
	% de crianças que entram para a 1ª classe com competências desenvolvidas	ND			75%		Carta de Política Educativa 2019-2023
	Taxa de repetência (1ª a 4ª classe)	7%			5%		Carta de Política Educativa 2019-2023
	INDICADORES DE PROCESSO						Carta de Política Educativa 2019-2023
	Rácio criança/educador e auxiliar pedagógico	19			15		Carta de Política Educativa 2019-2023

	% dos docentes com formação pedagógica	18%			70		Carta de Política Educativa 2019-2023
Ensino básico	Taxa de repetência (1ª a 4ª classe)	7%			5%		Carta de Política Educativa 2019-2023
	Taxa de repetência (5ª e 6ª classe)	17%			14%		Carta de Política Educativa 2019-2023
	Taxa de repetência (7ª a 9ª classe)	25,4%			22%		Carta de Política Educativa 2019-2023
	Taxa de conclusão (1ª a 4ª classe)	ND			90%		Carta de Política Educativa 2019-2023
	Taxa de conclusão (5ª e 6ª classe)	ND			85%		Carta de Política Educativa 2019-2023
	Taxa de conclusão (7ª a 9ª classe)	ND			80%		Carta de Política Educativa 2019-2023
	Taxa de abandono – 7ª a 9ª classe	12,2%			11%		Carta de Política Educativa 2019-2023
Ensino Superior	INDICADORES DE RESULTADO						
	% de estudante na USTP de famílias de baixa renda	ND			80%		Carta de Política Educativa 2019-2023
	% de corpo docente efectivo no ensino superior público	16%			25%		Carta de Política Educativa 2019-2023
	INDICADOR DE PROCESSO						
	% de aluno bolsheiros do ensino superior público interno	20%			26%		Carta de Política Educativa 2019-2023
	% de alunos bolsheiros do ensino superior privado inteiro	80%			86%		Carta de Política Educativa 2019-2023
	% de professores com Doutorado no ensino superior público	3%			6%		Carta de Política Educativa 2019-2023
Formação e Gestão de Docentes	INDICADORES DE RESULTADO						
	% de docentes com formação pedagógica- Ensino Básico (7ª a 9ª classe)	ND			60%		Carta de Política Educativa 2019-2023
	% de docentes com formação pedagógica- Ensino Secundário (10ª a 12ª classe)	ND			60%		Carta de Política Educativa 2019-2023
	INDICADOR DE PROCESSO						
	% de professores do ensino básico certificados	ND			55%		Carta de Política Educativa 2019-2023
	% de docentes com formação na pré-	20%			50%		Carta de Política Educativa 2019-2023

	escolar						
	% de docentes com formação pedagógica-Ensino Básico (1ª a 6ª classe)	31%			70%		Carta de Política Educativa 2019-2023
Ensino Especial Inclusivo	INDICADORES DE RESULTADO						
	% de crianças 4 - 5 fora da escola com NEE incluídas no sistema de ensino regular Pré-escolar	ND				15%	Carta de Política Educativa 2019-2023
	% de crianças de 6 a 11 anos fora da escola com NEE incluídas no sistema de ensino regular Básico	ND				60%	Carta de Política Educativa 2019-2023
	% de crianças de 12 a 17 anos fora da escola com NEE incluídas no sistema de ensino regular Secundário	ND				60%	Carta de Política Educativa 2019-2023
	INDICADOR DE PROCESSO						Carta de Política Educativa 2019-2023
	% de docentes no ensino Pré- escolar que incluíram formação no âmbito das NEE	0%				50%	Carta de Política Educativa 2019-2023
	% de escolas do ensino pré-escolar e básico equipadas com condições de acessibilidade (rampas e /ou sanita com suporte para aluno cadeirante)	0%				5%	Carta de Política Educativa 2019-2023
	% de docentes no ensino secundário que incluíram formação no âmbito das NEE	ND				30%	Carta de Política Educativa 2019-2023
Gestão eficiente do sistema	INDICADORES DE RESULTADO						
	% de escola pública apetrechadas com equipamentos informáticos para a gestão de 8 escolas que tenha pelo menos 1 computador e 1 software de gestão instalado no computador- SIGE	ND				80%	Carta de Política Educativa 2019-2023

	INDICADOR DE PROCESSO						
	Número de escolas com o padrão mínimos de qualidade atingidos	ND				30%	Carta de Política Educativa 2019-2023
	Número de escolas com projecto pilotp de autonomia e gestão participada	ND				10%	Carta de Política Educativa 2019-2023
	Rácio alunos-turma (Pré-escolar)	32				32	Carta de Política Educativa 2019-2023
	Rácio alunos-turma Ensino Básico (1º ciclo)	35				25	Carta de Política Educativa 2019-2023
	Rácio alunos-turma Ensino Básico (2º ciclo)	45				30	Carta de Política Educativa 2019-2023
	Índice de desenvolvimento humano	0,589	0,609	0,625			PNUD, Human Development Report
	Esperança de vida à nascença	66,80	70,2	70,4			PNUD, Relatório Desenvolvimento Humano
	Doenças de veiculação Hidrias	3.253	8.480	10.280			Departamento de Epidemiologia, DCS
	Taxa de incidência de paludismo STP	12,5	14,6	11,9			CNE/PNLP
	Incidência do paludismo em crianças < 5 anos STP			5,8/1000 (183/31667*1000)		Meta 2020/ (3,2/1000) [104/32599 *1000] Meta 2021 (2,5/1000) [83/32949* 1000]	PNLP/Distrito HAM
	Casos de paludismo por ano STP			2457		Meta 2020 - 1716 Meta 2021 -	PNLP/Distrito HAM

						1201	
	Casos de paludismo <5 anos STP			183		Meta 2020 - 128 Meta 2021 - 89	PNLP/Distrito HAM
	Casos de paludismo >5 anos STP			2274		Meta 2020 – 1588 Meta 2021 - 1112	PNLP/Distrito HAM
	Casos de HIV STP			52		45 confirmados em 2020	Resultados dos dados de monitorização e avaliação do programa de HIV/SIDA 2009 a 2020
	Casos de Tuberculose STP			142		91 em 2020	Programa Nacional de Luta contra Tuberculose
	Taxa de Incidência de TB por 100.000 HB (2015-2020)			M – 88 F - 50		M – 51 F – 35 confirmados em 2020	Programa Nacional de Luta contra Tuberculose
	Taxa de Mortalidade Infantil %	33,6	32,5	31,4			
	Mortalidade materna						

EIXO IV- Política Externa ao Serviço de Desenvolvimento

Gestão da política de relações externas

Neste domínio, destacam-se como principais realizações em 2019, as seguintes:

- Foram concluídas as obras de construção do novo edifício do MNECC, no quadro do projeto *2843-Conclusão de Novo Edifício-Ampliação do MNECC*, com mais 19 gabinetes, sendo 2 gabinetes para Direção da Política Externa, 4 gabinetes para a Direção da Cooperação, 1 gabinete para Serviços Jurídicos e Tratados, 1 gabinete para Inspeção Diplomática e Consular e 11 gabinetes disponíveis.
- Realizado o diálogo político de alto nível entre o Governo de STP e a União Europeia, que antecedeu o desembolso no quadro do processo de monitoria do contrato de Reforma Setorial Água e Saneamento.
- Conferência sobre transição para país de rendimento medio.

Tabela 40 - Indicadores e metas - Política Externa ao Serviço de Desenvolvimento

Indicador	Referência	Ponto de situação		Meta	Fonte de verificação
	2017	2018	2019	2030	
Nº de embaixadas e missões diplomáticas	9	9	9		PIP
Embaixadas e missões por população imigrada					
Gastos com Gestão da Política de Relações Exteriores em % do total de política externa					
Gastos com embaixadas e missões diplomáticas em % do total de política externa	72%	74%	77%		DCP/MPFEA
Despesas publicas com embaixadas e missões diplomáticas	43.253	46.321	40.730		DCP/MPFEA
Nº de embaixadores (DAF)					
Nº de terceiros secretários (DAF)					

Tabela 41 - Matriz de políticas de cooperação e negócio estrangeiro

Objectivo	Eixos
Preservar a soberania nacional; a promover e defender os interesses do País, com particular ênfase da diáspora; estabelecer e reforçar parcerias estratégicas para o desenvolvimento; promover a imagem externa do País; participar ativamente no concerto internacional para a promoção do bem-estar, da dignidade humana, da paz, da segurança e da estabilidade à escala mundial.	• Proclamar a proteção e promoção dos interesses nacionais, humanos ou patrimoniais, de pessoas singulares ou coletivas, de natureza privada ou pública; • Reafirmar o total empenho e determinação do País em manter, numa base de reciprocidade, relações de amizade e cooperação com todos os povos e países do mundo, no respeito pelas soberania e integridade territorial, cooperação para o desenvolvimento e não ingerência nos assuntos internos de cada um; • Reafirmar o seu firme propósito em honrar todos os compromissos bilaterais, e multilaterais internacionalmente assumidos, resultantes de Tratados, Convenções Internacionais e Acordos de que é co-signatário; • Pactuar a participação nas organizações internacionais de que é membro por uma postura de respeito, apego e defesa dos ideais estatuídos, no sentido de melhorar a representatividade de São Tomé e Príncipe no contexto regional e internacional, enquanto condição sine qua non para a promoção da imagem do País e a internacionalização da economia santomense; • Promover a paz, a segurança e a concórdia internacionais, através da cooperação com os parceiros bilaterais e multilaterais, mantendo alinhamento em relação às principais questões da vida internacional, como sejam, o respeito pelos direitos humanos; a igualdade de género; o desenvolvimento num ambiente sustentável; a resolução pacífica dos conflitos; o combate às alterações climáticas e a qualquer tipo de opressão e discriminação; o combate ao terrorismo, à pirataria marítima, ao tráfico da droga e à todas e demais formas de criminalidade transnacional organizada; • Confirmar a necessidade de reajustar, reforçar e consolidar as relações de amizade e de cooperação com os povos e países da sub-região, da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, bem como os que têm contribuído de forma significativa no processo do seu desenvolvimento; • Valorizar a ação das comunidades residentes no estrangeiro na divulgação da cultura nacional e melhorar a inclusão e participação da diáspora são-tomense no processo de desenvolvimento do País; • Reforçar a cooperação com os parceiros bilaterais elegíveis para otimizar o estado de segurança nacional no sentido alargado.

Fonte: Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável

